MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Universidade Federal do Paraná
Setor de Tecnologia
Curso de Arquitetura e Urbanismo

MARIA EDUARDA DUDA

ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA AUTOCONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM CURITIBA

CURITIBA

2018

MARIA EDUARDA DUDA

ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA AUTOCONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM CURITIBA

Monografia apresentada à disciplina Orientação de Pesquisa (TA059) como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

ORIENTADOR(A):

Profa. Dra. Madianita Nunes da Silva

CURITIBA

2018

FOLHA DE APROVAÇÃO

Orientador(a):

_____

Examinador(a):

_____

Examinador(a):

_____

Monografia defendida e aprovada em:

Curitiba, _____ de _____ de 20__.

Dedico este trabalho à minha família, principalmente aos meus pais e à minha irmã, pela paciência e carinho ao longo de minha vida. Sem o amor e compreensão expressados por vocês, nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho teve o apoio de diversas pessoas para que sua concretização fosse possível.

Agradeço à minha orientadora, Profª Drª Madianita Nunes da Silva, que sempre se mostrou atenciosa e solícita em todas as horas. Grande educadora e pesquisadora, que me instigou a buscar por novos conhecimentos durante a graduação.

Ao meu pai Paulo Rogério Duda, à minha mãe Simone Cancianila Bana e à minha irmã Júlia Beatriz Duda, que sempre estiveram comigo. A paciência, o amor e a compreensão de vocês foram essenciais durante toda a jornada da minha vida, especialmente durante a minha graduação.

Ao meu companheiro e amigo Franco Luiz Faust, cujo amor e apoio me guiaram durante os períodos mais difíceis.

Aos meus amigos da graduação e amigos da vida, em especial à Gabriela Goudard, parceira de longa data que acompanhou várias das minhas empreitadas.

Aos meus professores da graduação, cujos ensinamentos me permitiram passar por estes seis anos de graduação em Arquitetura e Urbanismo dentro da Universidade Federal do Paraná.

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e suas circunstâncias. ”

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema da assistência técnica para autoconstrução de habitação de interesse social, a fim de analisar e compreender o modelo de produção de espaços de moradia popular no país e com o objetivo de apropriar-se dos procedimentos metodológicos adotados em projetos que receberam assessoria de profissionais. A autoconstrução se mostra como forma de acesso à moradia mais comum pela população de baixa renda no Brasil. Desse modo, o trabalho dedica-se a estudar a relação entre a produção doméstica e o exercício profissional do arquiteto e urbanista, à luz das políticas habitacionais adotadas no Brasil nas últimas décadas, do Estatuto da Cidade e da Lei 11.888/2008. Além disso, apresenta Estudos de Casos Correlatos sobre experiências de assistência técnica no Brasil, com o objetivo de se apropriar das metodologias e etapas aplicadas nos projetos para produção de moradia de interesse social, possíveis de serem seguidas no futuro Projeto do Trabalho Final de Graduação. Na análise da realidade estudou-se a experiência da Sociedade Barracão, favela situada no Município de Curitiba, no Bairro Boqueirão, que contou com a assistência técnica de profissionais nos projetos de urbanização e das casas dos moradores, não obtendo, no entanto, os resultados esperados. A pesquisa em fontes bibliográficas e web gráficas, e entrevistas com profissionais envolvidos com a experiência analisada foram os procedimentos metodológicos adotados para a elaboração da Monografia. A partir deste estudo, concluiu-se que a Política Nacional de Habitação sofreu avanços e retrocessos nas últimas décadas, refletindo fortemente no modo de produção das moradias e que a garantia legal da Assistência Técnica ainda não é aplicada por falta de apoio e iniciativa previstas na política pública. O trabalho pretende auxiliar na formação de uma metodologia aplicável para a prestação desse serviço em outros assentamentos precários em Curitiba.

Palavras-chave: Autoconstrução. Autogestão. Assistência Técnica. Habitação Social. Curitiba.

ABSTRACT

The present work deals with the subject of technical assistance for self-construction of social housing, in order to analyze and understand the model of production of popular housing spaces in the country and with the objective of appropriating the methodological procedures adopted in projects that received professional advisory. Self-construction is shown as a way of access to the most common housing by the low-income population in Brazil. In this way, the work is devoted to studying the relationship between domestic production and the professional practice of the architect and urban planner, according to the housing policies adopted in Brazil in the last decades, the Estatuto da Cidade and Law 11888/2008. In addition, it presents Case Studies on technical assistance experiences in Brazil, with the objective of appropriating the methodologies and stages applied in projects for the production of housing of social interest, possible to be followed in the future Project of the Final Graduation Work. In the reality analysis, we studied the experience of the Sociedade Barracão, a favela located in Curitiba, in the Boqueirão neighborhood, which had the technical assistance of professionals in the urbanization projects and the houses of the residents, but did not obtain the results expected. The research on bibliographical and graphic web sources, and interviews with professionals involved with the analyzed experience were the methodological procedures adopted for the elaboration of the Monograph. Based on this study, it was concluded that the National Housing Policy has undergone advances and setbacks in the last decades, strongly reflecting the way the houses are produced and that the legal guarantee of Technical Assistance is not yet applied due to the lack of support and initiative previewed in the public policy. The work intends to help in the formation of an applicable methodology for the provision of this service in other precarious settlements in Curitiba.

Key-words: *Self-construction. Self-management. Technical Assistance. Social Housing. Curitiba.*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - EMPREENDIMENTOS SEGUNDO TIPOLOGIAS EXECUTADOS PELA COHAB – CT NO PERÍODO 1986 A 2010 26
FIGURA 2 - MACROESTRUTURA DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA 38
FIGURA 3 - DÉCADA DE ORIGEM DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – CURITIBA – 1980, 1990, 2000 51
FIGURA 4 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO SOCIEDADE BARRACÃO 54
FIGURA 5 - MORADORES DA SOCIEDADE BARRACÃO 55
FIGURA 6 - SOCIEDADE BARRACÃO 57
FIGURA 7 - PLANTA DO PROJETO DE REURBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE BARRACÃO 59
FIGURA 8 - ESQUEMA DE PROJETO DO COLETIVO TRENA PARA A SOCIEDADE BARRACÃO 60
FIGURA 9 - ORGANOGRAMA DAS ETAPAS DE TRABALHO DO COLETIVO TRENA 62
FIGURA 10 - MANIFESTAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO PAULO FREIRE 68
FIGURA 11 - DISCUSSÕES A RESPEITO DO PROJETO 70
FIGURA 12 - ESTRUTURA METÁLICA 73
FIGURA 13 - VISTA DOS APARTAMENTOS MUTIRÃO PAULO FREIRE 74
FIGURA 14 - VISTA DOS APARTAMENTOS MUTIRÃO PAULO FREIRE 74
FIGURA 15 – CORTIÇO DA RUA DO OUVIDOR, 63 NO CENTRO DE SÃO PAULO 76
FIGURA 16 – REUNIÃO COM OS MORADORES 77
FIGURA 17 – DINÂMICA COM AS CRIANÇAS 78
FIGURA 18 – METODOLOGIA INTERVENÇÃO 80
FIGURA 19 – ESQUEMA DO PRODUTO DA INTERVENÇÃO 80
FIGURA 20 - ASSENTAMENTO CAPELINHA 82
FIGURA 21 - PLANTA DE REMOÇÕES CAPELINHA 84
FIGURA 22 - PLANTA DE DIAGNÓSTICO COCAIA 85
FIGURA 23 - REUNIÃO COM MORADORES 86
FIGURA 24 - PROJETO DE NOVAS HABITAÇÕES 87
FIGURA 25 - HABITAÇÕES ENTREGUES 88

FIGURA 26 - PERSPECTIVA DA SOCIEDADE BARRACÃO ENTRE AS RUAS O BRASIL PARA CRISTO E PROFESSOR JOSÉ MAURÍCIO HIGGINS 92

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA - 2005.....50

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS SEGUNDO TIPOLOGIAS EXECUTADOS PELA COHAB – CT NO PERÍODO 1986 A 2010 52

LISTA DE SIGLAS

APP	- Área de Preservação Permanente
BNH	- Banco Nacional de Habitação
CDHU	- Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
COHAB	- Companhia de Habitação Popular
COHAB - CT	- Companhia de Habitação Popular de Curitiba
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FRNU	- Fórum Nacional de Reforma Urbana
IAB	- Instituto de Arquitetos do Brasil
MMC	- Movimento de Moradias do Centro
MNLM	- Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MNRU	- Movimento Nacional de Reforma Urbana
OGU	- Orçamento Geral da União
ONG	- Organização Não Governamental
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	- Programa de Arrendamento Residencial
PCS	- Programa Crédito Solidário
PMCMV	- Programa Minha Casa Minha Vida
PMP-A	- Programa Mutirão Paulista - Autogestão
PNH	- Política Nacional de Habitação
SFH	- Sistema Financeiro de Habitação
SNHIS	- Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15
2 CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA 17
2.1 REALIDADE BRASILEIRA: A PRODUÇÃO INFORMAL DE MORADIAS A PARTIR DA AUTOCONSTRUÇÃO 18
2.1.1 Caracterização da moradia autoconstruída 27
2.1.2 Estatuto da Cidade: nova perspectiva para a questão habitacional 29
2.2 UMA NOVA POLÍTICA HABITACIONAL QUE ENCARA O MODELO DE CIDADE AUTOCONSTRUÍDA 33
3 ANÁLISE DA REALIDADE 45
3.1 PANORAMA GERAL DA PRODUÇÃO DE MORADIA POPULAR 45
3.2 A EXPERIÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA AUTOCONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE BARRACÃO 53
3.2.1 A ocupação 53
3.2.2 A luta pelo direito de ficar na terra 56
3.2.3 A luta para urbanizar a área 58
3.2.4 A metodologia de trabalho do Coletivo Trena 61
4 ESTUDO DE CASOS CORRELATOS 65
4.1 ASSOCIAÇÃO DE CONSTRUÇÃO COMUNITÁRIA PAULO FREIRE 65
4.1.1 A Usina CTAH 75
4.2 REQUALIFICAÇÃO DE CORTIÇO, O PROJETO DA RUA DO OUVIDOR 75
4.2.1 O Laboratório de Projeto Integrado e Participativo para Requalificação de Cortiço 81
4.3 CAPELINHA E COCAIA 81
4.3.1 A Peabiru TCA 88
4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CASOS CORRELATOS 89
5 DIRETRIZES DE PROJETO 92
5.1 PRINCÍPIOS DE PROJETO 93
5.2 ETAPAS DE PROJETO 93
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 95
REFERÊNCIAS 97
FONTES DAS FIGURAS 102

1 INTRODUÇÃO

“A favela que diz não à Cohab: pequena ocupação formada por carrinheiros rejeita programa de reassentamento da prefeitura no bairro Ganchinho. Lá, não há papel, plásticos e latinhas para reciclar. ” (FERNANDES, 2010). A favela citada na reportagem é a Sociedade Barracão, ocupação irregular localizada em um terreno de propriedade de uma massa falida da empresa Tecnicom no Bairro Boqueirão, em Curitiba, e o objeto de análise desta monografia.

A construção das habitações da Associação de Catadores e Catadoras de Material Reciclável Sociedade Barracão, assim como da maioria das habitações no Brasil, foram feitas a partir da autoconstrução, sem suporte técnico de profissionais e caracterizadas, muitas vezes, por moradias precárias e informais. Embora marcadas pela precariedade e a insegurança da posse, esta é a principal forma de acesso da população de baixa renda à habitação e à cidade no país.

A partir de pesquisas bibliográficas, via web e conversas com os profissionais do Coletivo Trena que atuaram na Sociedade Barracão, buscou-se compreender o modelo de autoconstrução da moradia popular no Brasil, com o objetivo de aprofundar a relação entre a produção doméstica e o exercício profissional do arquiteto e urbanista. Para tanto, fez-se necessário também entender o histórico da autoconstrução de moradias populares em paralelo com a política habitacional brasileira. Ademais, o direito à moradia, garantido com o Estatuto da Cidade e o direito à assistência técnica gratuita, com a Lei 11.888/2008, conhecida como Lei de Assistência Técnica à Moradia de Interesse Social, são fatores relevantes a serem considerados neste trabalho e que sofreram alterações com os cortes de recursos promovidos pelo atual governo de Michel Temer, e que tem significado a extinção de dos programas que vinham sendo implementados pelo Ministério das Cidades desde 2005. Tais assuntos foram abordados no capítulo de Conceituação Temática.

A experiência de assistência técnica dos profissionais do Coletivo Trena na Sociedade Barracão é abordada no capítulo de Análise da Realidade. Nele são apontadas as etapas e ações tomadas pelos profissionais a fim de levantar as

dificuldades e conquistas da comunidade, desde a ocupação da área pelos moradores, até a intervenção proposta pelos arquitetos e urbanistas nos projetos de urbanização e das habitações.

O capítulo de Estudos de Casos Correlatos aborda casos brasileiros que receberam assistência técnica a partir da atuação de organizações, associações e projeto de extensão em Universidades, e são apresentados como forma de compreender as dinâmicas de trabalho e de mutirão para a construção de moradias populares. Esses Estudos, comparados com o caso da Sociedade Barracão, trazem pontos importantes necessários para garantir a efetividade da assistência técnica prestada por profissionais, assim como da autogestão e da autoconstrução de moradias.

Por fim são apresentadas as Diretrizes de Projeto, baseadas nas metodologias e etapas desenvolvidas nos Casos Correlatos apresentados e essenciais para a delimitação do que vai ser elaborado no Trabalho Final de Graduação. Nas Considerações Finais é feita uma conclusão a respeito dos conteúdos abordados e das dificuldades encontradas ao longo da pesquisa para a realização desta monografia, bem como as enfrentadas na execução dos trabalhos de assistência técnica.

2 CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA

O presente capítulo trata da fundamentação teórica do tema deste trabalho, assistência técnica à autoconstrução. As ideias que levaram a definir a questão da assistência técnica à autoconstrução como foco, principalmente voltado à cidade de Curitiba, levaram em consideração, também a ineficácia da política habitacional no Brasil.

Desde o fim do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1986, até o início do governo Lula em 2002, a questão da habitação deixou de fazer parte da política nacional, delegando aos governos estaduais e municipais a responsabilidade de enfrentamento da questão habitacional, geralmente conduzida pelas Companhias de Habitação (COHABs).

O crescimento do número de favelas e de assentamentos informais nesse período foi considerável e marcado pela consequente autoconstrução de moradias por parte dos trabalhadores, que não tinham condições de acesso à formalidade, tanto do solo urbano, quanto do projeto da casa própria.

A aprovação do Estatuto da Cidade em 2001 representou grandes avanços e conquistas na questão da garantia do direito à moradia inserindo o direito à assistência técnica para autoconstrução. A política habitacional voltou a ser abordada nacionalmente a partir de 2002, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no qual foi criado o Ministério das Cidades e desenvolvidos planos habitacionais, inaugurando uma nova fase de construção e discussão de alternativas para o acesso à moradia digna.

No entanto, de acordo com Fernandes (2016), o impeachment da Presidente Dilma Rousseff no ano de 2016, impactou no curso da Política Nacional de Habitação a partir de medidas trazidas com o governo de Michel Temer. A redução do orçamento para políticas urbanas, assim como a desaceleração do crédito habitacional fizeram parte das medidas políticas que interferiram no direito à cidade e à habitação, abordadas neste capítulo.

2.1 REALIDADE BRASILEIRA: A PRODUÇÃO INFORMAL DE MORADIAS A PARTIR DA AUTOCONSTRUÇÃO

De acordo com Bassul (2010), o processo de urbanização no Brasil se intensificou entre a segunda metade da década de 1950 e a década de 1970. Com altas taxas de crescimento demográfico e a metropolização das cidades pela concentração de população, esse período ficou conhecido como “período desenvolvimentista”. A intensificação da urbanização nessa época trouxe também a “segregação de grandes massas populacionais em favelas, cortiços e loteamentos periféricos, excluídas do consumo de bens e serviços urbanos essenciais. ” (BASSUL, 2010, p. 71).

Segundo Vidal (2008), esses assentamentos precários são produtos das aceleradas industrialização e urbanização, principalmente após a década de 1950, e caracterizam-se pela precariedade das habitações, pela falta de infraestrutura e ordenamento urbano, caracterizando também a produção de cidades informais. A partir de então surge a necessidade de enfrentamento à questão do mercado da habitação, que não inclui a parcela da população residente em assentamentos informais.

A partir de 1964, com o início do regime militar, o Banco Nacional da Habitação (BNH) passou a ser a instituição responsável pela resolução do problema da moradia. No entanto, segundo Bolaffi (1976), a ações praticadas pelo banco apenas contribuíram para agravar os problemas urbanos, uma vez que provocaram um crescimento inadequado das cidades e da ocupação do solo. O resultado dessas ações foi a deterioração física, social e econômica das cidades brasileiras, que sofreram com um processo de periferização, não necessariamente ligada ao sentido literal da palavra, mas definida como setores da cidade precariamente servidos por serviços públicos e equipamentos urbanos e que, pelo preço da terra, se tornam os únicos acessíveis à população de baixa renda.

Os crescimentos econômico e demográfico também acentuaram esse processo, que teve como consequência a produção informal de moradias, seja em lotes clandestinos, irregulares ou em favelas, todos contando com a autoconstrução.

Um fenômeno que já se demonstrava presente desde décadas anteriores e que continuou posteriormente. Segundo Maricato (2010), tratou-se de uma “industrialização com baixos salários” que gerou uma “urbanização com baixos salários”, fazendo com que uma parcela da população excluída do mercado formal de moradia tivesse que produzir suas próprias moradias, e em muitos casos até bairros.

Para Vidal (2008), entende-se informal como algo que é fora da legislação. Os lotes irregulares corresponderiam a locais com alguma desconformidade no licenciamento; os clandestinos lotes que não possuem licenciamento e as favelas assentamentos sem qualquer projeto ou programação.

Como afirma Silva (2012, p. 121-122), tanto o loteamento irregular, quanto o clandestino configuram parcelamentos de solo produzidos por proprietários de terra ou incorporadores imobiliários, mas se diferenciam pelo grau de irregularidade que cada tipologia apresenta.

O fato gerado a partir do crescimento das cidades informais exigiu ações no sentido de garantir a regularização fundiária e a implantação de infraestrutura, assim como provimento de serviços nesses locais, incorporando-os à cidade oficial ou formal.

A partir disso, começaram a surgir grupos sociais organizados que passaram a cobrar do poder público seu direito à moradia, tornando-se muito ativos na década de 1980. As organizações, conhecidas como movimentos sociais urbanos, começaram a se associar a arquitetos, engenheiros, geógrafos e outros profissionais, formando nessa década o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU). Esse movimento tinha como bandeira a luta pela democratização do acesso a condições condignas de vida nas cidades brasileiras.

Reforçando o fato de que nesse período estava vigente a política habitacional adotada pelo BNH, não havia projetos de urbanização das favelas, uma vez que, segundo Bolaffi (1976), a eliminação desses espaços era um dos objetivos explícitos da instituição.

Ou seja, mesmo havendo uma política habitacional a nível nacional vigente, a suposta solução a respeito da habitação popular não resolvia efetivamente o problema. Ainda segundo Bolaffi (1976), até o ano de 1971, o déficit habitacional

aumentou em 76%, comprovando, portanto, que a contribuição do BNH foi contrária à sua proposta de solução do problema habitacional. Em 1986 o Banco Nacional da Habitação foi extinto, devido ao seu modelo financeiro insustentável, e a ineficiência que a política adotada pelo banco teve no período de sua existência:

> O BNH foi o primeiro órgão de alcance nacional a instituir uma política habitacional. Sua trajetória é marcada por diversas críticas que vão desde a atuação econômica, o abandono da questão social, o afastamento do problema habitacional com o direcionamento para outros setores, a repetição de modelos arquitetônicos e a ocupação do espaço urbano. (MEDEIROS, s.d., p. 2).

Conforme defende Arretche (1990), o mecanismo de provisão habitacional adotado pelo BNH gerou segmentação do acesso à moradia. Por se considerar o fator renda na inserção dos beneficiados nos programas habitacionais, foram produzidas unidades habitacionais de custos e tipos diferenciados, tendo também fundos diferentes para tal ação. Isso gerou uma segregação espacial que refletia a diferenciação das rendas contempladas pela agência estatal, o que foi fortemente criticado após o fim de sua atuação.

Embora o BNH tenha sofrido várias críticas, com o fim do órgão o Brasil fica sem uma política habitacional, agravando ainda mais o problema.

A partir desse contexto, de acordo com Cardoso (2007), iniciativas de governos estaduais e municipais relacionadas à programas de urbanização de assentamentos precários começaram a surgir na década de 1980, com a implementação de políticas habitacionais pelos municípios. No entanto, apenas na década de 1990 que foram disseminadas as experiências de urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários nas grandes cidades.

Em 1988 a Constituição Federal “instituiu um novo marco no quadro jurídico-institucional, destacando-se o artigo 182, em que se estabelecem os princípios da função social da propriedade. ” (CARDOSO, 2007). Nessa Constituição foram propostos instrumentos com o intuito de garantir a função social da propriedade, regulamentados em 2001 com a aprovação do Estatuto da Cidade. Ainda segundo o autor, a Constituição de 1988 tratou da moradia como um direito humano e social, criou o instituto da usucapião especial urbana, garantindo legalmente a permanência

de população em áreas ocupadas e demonstrando indícios de enfrentamento do problema das favelas no país.

Segundo Maricato (2010), no ano anterior à conquista da nova Constituição Brasileira, foi criado o Fórum pela Reforma Urbana, que tinha como objetivo unificar as iniciativas dos movimentos urbanos presentes no período e reunindo diferentes setores para tratar de questões prioritárias na política urbana. Para a autora, a Constituição brasileira de 1988 “foi promulgada em um momento de ascenso das forças sociais que lutavam pela democratização do país, assegura ao poder municipal a competência para definir o uso e a ocupação da terra urbana. ” (MARICATO, 2010, p. 6). Isso se deu principalmente por conta de se tratar de um período pós regime militar, que perdurou de 1964 até 1985, e foi caracterizado por uma centralização autoritária da política urbana. A legislação foi elaborada, então, como uma forma de criar uma política nova que demonstrasse maior preocupação com a autonomia dos municípios na garantia da função social da propriedade e da habitação. Como já citado, o Estatuto da Cidade seria criado posteriormente, reforçando essa questão, porém a estrutura principal da legislação abordada por ele, e o embrião do mesmo, surgiram com essa Constituição.

Após a promulgação da Constituição de 1988, o período da década de 1990 foi ainda mais fortemente caracterizado pela produção informal de moradias no Brasil. Segundo Cardoso (2007), esse período também contou com um crescimento urbano acelerado que, somado ao rápido desenvolvimento econômico e à falta de investimentos em infraestruturas urbanas por parte do poder público, contribuiu ainda mais para a formação de favelas. A economia progrediu, mas os salários dos trabalhadores não, obrigando-os a adotar a informalidade como solução para o acesso à moradia.

Tudo isso causado também porque a regulação dos mercados fundiário e imobiliário não era feita no Brasil. A desigualdade de acessibilidade a recursos e serviços aumentou a especulação imobiliária, gerando consequente diminuição da terra urbanizada a preço acessível. Além disso, a falta de política habitacional a nível nacional na época, acentuou a desigualdade, pois a população de baixa renda tinha pouco apoio nessa questão, adotando a autoconstrução de moradias em locais com

pouca infraestrutura como solução. Segundo Maricato (2010), a consequência de tal situação refletiu-se no fato de que grande parte da população passou a habitar espaços informais, segregados em relação à cidade oficial ou legal, onde os planos e leis urbanísticas não são aplicados.

Em função do aprofundamento da carência habitacional na década de 1990, tornou-se cada vez mais necessário o estabelecimento de políticas públicas voltadas para a população de baixa renda para a solução do problema de moradia.

De acordo com Cardoso (2007), a intervenção e urbanização de favelas e assentamentos precários iniciados na década de 1990 obedeciam a três modelos básicos: (i) urbanização; (ii) reurbanização; (iii) remoção. O primeiro modelo, de urbanização, consiste no mais simples, pois não modifica a estrutura do assentamento, que encontra-se geralmente mais ordenado, esse modelo era feito em favelas menos densas. As únicas medidas tomadas são a implantação da infraestrutura e a pavimentação. No segundo modelo, correspondente à reurbanização, faz-se necessária a transformação completa da estrutura do assentamento, geralmente por conta da inadequação do sítio. Nesse modelo, além da implantação de infraestrutura e pavimentação, também é feito um novo parcelamento e a as famílias são reassentadas na mesma área. O terceiro modelo, o de remoção, corresponde à medida mais drástica, feita quando o sítio corresponde à uma área de risco ou de preservação ambiental, tendo como medida o reassentamento das famílias para outro local.

Essas intervenções e a decisão entre qual delas deve ser implementada, leva em conta várias questões, inclusive o tamanho do assentamento precário. Por isso, são definidos padrões para a análise de cada situação, considerando o entorno e a área de abrangência.

De acordo com Russo (2017), também em meados da década de 1990, foi elaborado pela Fundação João Pinheiro um indicador de déficit habitacional para o governo federal. A função deste indicador seria auxiliar na elaboração de uma política habitacional nacional e na reestruturação institucional do setor, classificando as moradias como subnormais ou inadequadas.

Ainda segundo a autora, o desafio metodológico do desenvolvimento desse indicador era também a medição das favelas e assentamentos precários. O acesso à terra urbanizada e à segurança de posse também eram aspectos relevantes na discussão.

> O déficit habitacional e a inadequação de domicílios, além da projeção demográfica da demanda habitacional que constituíam as necessidades habitacionais, na proposta metodológica da Fundação, deveriam pautar as políticas habitacionais do governo federal no tocante à alocação de recursos para diferentes modalidades de programas (produção de novas unidades ou urbanização de assentamentos) e também na distribuição entre as Unidades da Federação (UF), desagregação também presente. (RUSSO, 2017, p. 69-70).

O indicador também apontava problemas de qualidade de vida e características físicas dos domicílios, que poderiam ser resolvidas através de políticas alternativas ou complementares, envolvendo instalação de infraestrutura e melhoramento construtivo, por exemplo.

No entanto, a questão do déficit habitacional e sua mensuração foi questionado quanto à sua eficácia, não sendo levado em consideração pelas políticas de urbanização exercidas pelos agentes subnacionais entre as décadas de 1980 e 1990. Desse modo, esse indicador só foi divulgado por volta do ano de 1995, com o início da presidência de Fernando Henrique Cardoso e a retomada dos financiamentos habitacionais, devido à reorganização da política urbana, que havia ficado de lado após o fim do BNH.

A política habitacional praticada durante a década de 1990 utilizou recursos restantes da época do BNH, já que o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), criado durante a ditadura militar como um sistema financeiro voltado à provisão habitacional, ainda tinha recursos remanescentes durante essa década. Porém, a administração desses recursos, a melhoria das condições físico-urbanísticas e habitacionais, assim como a regularização fundiária de assentamentos informais era agora responsabilidade das prefeituras e, em alguns casos, dos governos estaduais. O governo federal deixava de ter o papel principal na questão habitacional neste período.

Segundo Maricato (1998), durante o governo FHC, o sistema financeiro do SFH passou por uma reformulação. Pela primeira vez, os interesses de empresários,

sindicatos, movimentos populares e associações convergiam para debater uma proposta a respeito da política nacional de habitação, saneamento e desenvolvimento urbano.

> Entre os setores com interesses diversos na definição da nova configuração institucional, apresentaram propostas ao Congresso Nacional os Secretários Estaduais de Habitação, as Centrais Sindicais, a CEF, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), a Federação dos Trabalhadores em Empresas de Saneamento e a Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ADEMI). Até mesmo os movimentos de moradia, representados pelos dirigentes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, da União dos Movimentos de Moradia e da Central de Movimentos Populares, entregaram ao Congresso Nacional um projeto de lei de iniciativa popular (acompanhado da assinatura de 800.000 eleitores), propondo a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular. Capitais vinculados à construção, financiamento e promoção residencial estavam obrigados a dialogar com segmentos tradicionalmente excluídos da definição da aplicação de recursos públicos. (MARICATO, 1998, p. 67).

Apesar da boa impressão que essas propostas causaram na época, o governo de Fernando Henrique Cardoso não removeu os obstáculos que excluíam a maior parte da população brasileira do acesso à habitação, como ainda afirma a autora. A ampliação do acesso à moradia significava um rompimento com a privatização da esfera pública e com os interesses gerados pelo patrimonialismo, presentes neste governo. Estes, que acabaram criando um quadro de carência habitacional no Brasil representado por um mercado residencial altamente especulativo e a formação de assentamentos informais ou favelas.

O resultado da aparente democratização voltada à habitação de interesse social, na verdade, resultou em privilégios para a produção de mercado. A população de menor renda continuou excluída do mercado habitacional privado e apenas uma pequena parcela foi atendida pela promoção pública de moradia se comparada ao déficit habitacional.

Ainda de acordo com Maricato (1998), a metodologia medidora do déficit habitacional passou por reformulação, indicando o déficit de unidades habitacionais e o déficit de infraestrutura e serviços urbanos. O déficit de unidades habitacionais indicou um grande universo de moradias que são fruto da autoconstrução ou da produção doméstica informal. Essas moradias não precisavam necessariamente de

substituição, mas de condições de habitabilidade como eletricidade e coleta de esgoto, por exemplo. A necessidade de nova construção de unidade habitacional surgia quando se tratava de situações de rusticidade, inadequação (provisoriedade) ou coabitação. Assim, a Fundação João Pinheiro indicou no ano de 1995 um déficit de habitação correspondente a 5,6 milhões de unidades no Brasil. Um total de 5 milhões foi o déficit de unidades que apresentavam falta de alguma infraestrutura.

O enfrentamento dos déficits estava presente na proposta de governo da época e as soluções foram descentralizadas do poder federal. As Companhias de Habitação (COHABs), criadas desde o BNH como agentes promotores do sistema financeiro habitacional no âmbito municipal ou estadual, passaram a atuar mais fortemente e com maior autonomia na política habitacional do município que representava.

No período compreendido entre a extinção do BNH e o governo FHC, portanto, a política habitacional a nível federal perdeu força, apesar das atitudes tomadas e do reconhecimento do déficit habitacional, a solução dessa questão foi descentralizada. As COHABs se tornaram responsáveis pelos processos de regularização fundiária de assentamentos informais, compreendendo os modelos apresentados por Cardoso (2007) de urbanização, reurbanização e remoção, assim como loteamentos, produção de unidades habitacionais e de residenciais verticalizados.

Na metrópole de Curitiba, por exemplo, entre os anos 1986 e 2002 a produção da COHAB - CT caracterizou-se por loteamentos, produção de unidades habitacionais (casas ou apartamentos) e processos de regularização fundiária com posterior loteamento, de acordo com Duda (2016). O mapa a seguir (FIGURA 1) indica a produção da Companhia de Curitiba nesse período, chamando a atenção para a grande quantidade de lotes implantados.

A grande quantidade de lotes produzidos significou a autoconstrução das moradias. Conforme afirma Nascimento (2011), significativa fatia da construção habitacional é formada por usuários que tomam decisões relativas à moradia de maneira isolada, sem o auxílio de profissionais da área. Isso se aplica tanto em lotes urbanizados formais quanto informais, nos quais os proprietários utilizam seus

próprios recursos, muitas vezes com mão-de-obra familiar, de amigos e raramente contratada.

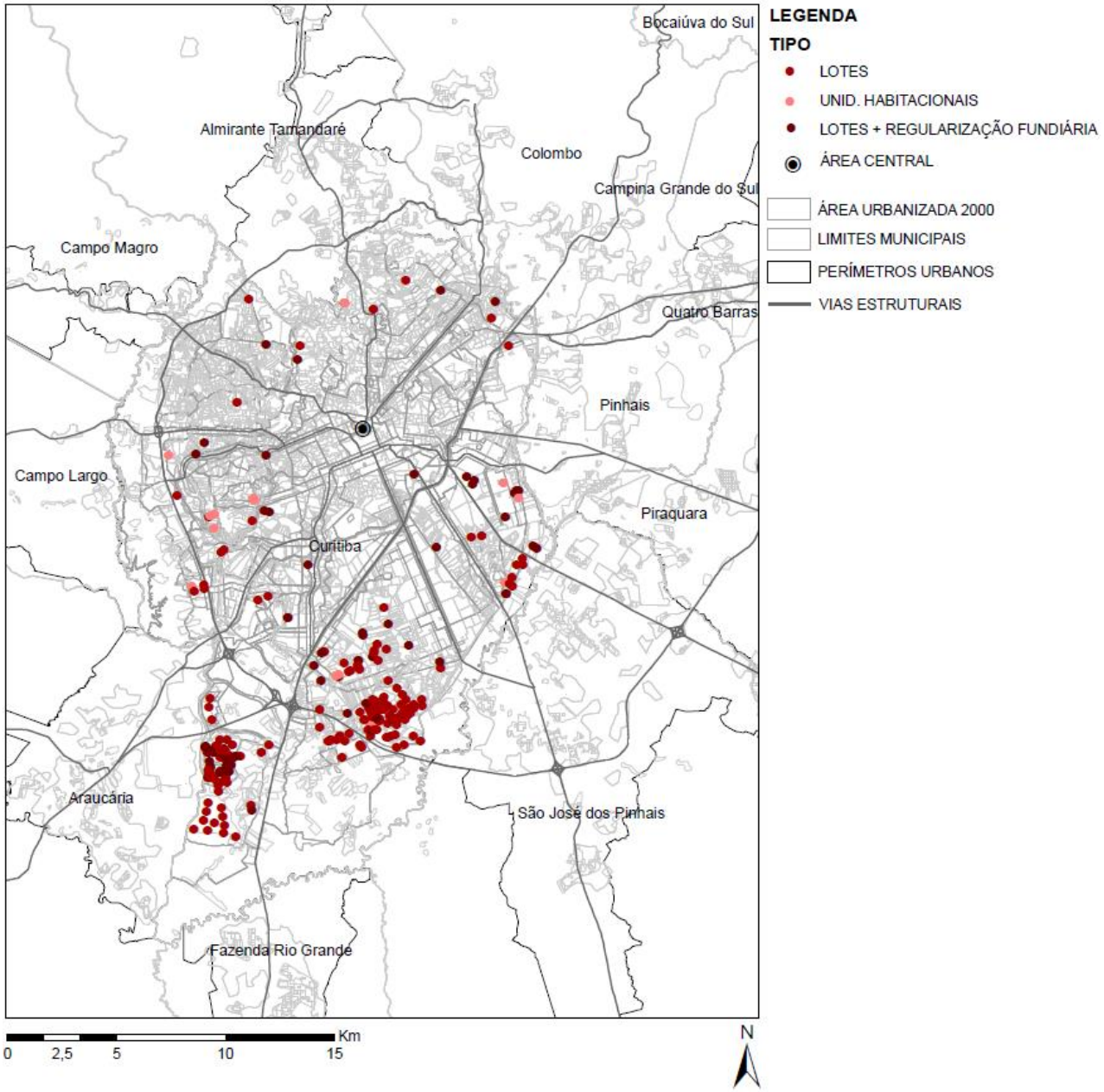


FIGURA 1 - EMPREENDIMENTOS SEGUNDO TIPOLOGIAS EXECUTADOS PELA COHAB – CT NO PERÍODO 1986 A 2010
FONTE: Duda (2016).

2.1.1 Caracterização da moradia autoconstruída

Segundo Kowarick (2009), a modalidade de construção denominada autoconstrução, pela qual a maioria das residências no país foi construída, conta com o trabalho familiar para sua concretização. Por isso é geralmente produzida por técnicas rudimentares, já que os proprietários não têm recursos para planejar o andamento da obra e assalariar trabalhadores de maneira regular.

De acordo com o autor, esse tipo de realização de casa própria tem especialmente um valor de uso, ou seja, não tem por objetivo a obtenção de lucro através de posterior venda. Pelo contrário, para a construção de sua moradia o trabalhador precisa aumentar sua jornada de trabalho e, aumentando os gastos de sua remuneração já extremamente baixa, com a construção, reparação ou ampliação de sua moradia. A autoconstrução é uma modalidade que exclui os custos da habitação e o valor da força de trabalho da composição dos salários, barateando a reprodução do trabalhador. Os sacrifícios feitos pelos autoconstrutores compensa, no entanto, a condição do aluguel, que traz uma vulnerabilidade ainda mais acentuada na questão da habitação. Dessa forma, a moradia própria autoconstruída é uma necessidade da população trabalhadora.

Ferro (2006) faz uma breve caracterização dos aspectos: materiais, técnica construtiva, produto e uso das habitações feitas a partir da autoconstrução. Segundo o autor, os materiais são geralmente os de menor preço, contando com tijolos e telhas de barro, madeira para estruturas e aberturas, algumas vezes materiais usados, de demolição. Os acabamentos e revestimentos são raros. Além disso, todos os materiais precisam ter preço reduzido e fácil transporte. A técnica construtiva é desenvolvida empiricamente, faz parte de um conhecimento popular quase espontâneo, compartilhada pela vizinhança, contando com a economia de materiais para a execução. O produto gerado é uma casa mínima, às vezes precária, com poucos cômodos e sem acabamento, executado rudimentarmente. Assim o uso é marcado pela necessidade, uma forma de consumo direta e eficaz para a finalidade de abrigo.

Para Ferro (2004), a autoconstrução da casa operária também provoca queda nos salários, uma vez que “parte correspondente à moradia pode sumir no cálculo do preço da reprodução da força de trabalho. ” O baixo salário dos trabalhadores brasileiros influencia fortemente no acesso à moradia e na construção da moradia autoconstruída:

> É preciso, entretanto, situar a teoria em terreno concreto. No nosso Brasil de hoje, a maioria das casas populares, dos barracos de favela, é feita em regime de autoconstrução, pura ou híbrida. Seriamente, não há quem possa supor, no interior do nosso lamentável salário mínimo, que haja alguma soma que corresponda efetivamente à que conviria a um item “moradia”, mesmo elementar. As camadas mais carentes da nossa população já sofrem com os efeitos negativos da autoconstrução. Mas elas não têm alternativa: há tempo, o poder político e econômico abandona a resposta aos problemas dos mais sofridos a eles mesmos. (FERRO, 2004, não p.).

A falta de melhores alternativas de habitação faz, portanto, com que os trabalhadores de classes mais baixas adotem a construção de suas próprias moradias. Segundo Nascimento (2011), de uma maneira geral, a autoconstrução é motivada não somente pela dificuldade e falta de acesso à moradia, mas também por fatores burocráticos e pelo alto custo de contratação de profissionais para a elaboração do projeto e execução de obra. Essa situação de autoconstrução, comum entre várias famílias, potencializou também o surgimento de mutirões de autogestão habitacional.

Segundo Lago (2012), a autogestão é uma forma de produzir a cidade para o uso coletivo. Faz parte das reivindicações dos trabalhadores o direito de autogerir a produção de suas moradias de forma a suprir suas necessidades. A terra se torna o principal meio de produção a ser apropriado por eles coletivamente e as habitações se tornam o bem produzido, beneficiando a todos. Dessa forma, a autora afirma que grande parte dos conjuntos habitacionais produzidos através de experiências autogestionárias estão localizados em bairros geralmente periféricos, contando com pouca infraestrutura e falta de serviços. Caracterizados pela constante autoconstrução e pela busca da integração com a região central da cidade, são áreas onde os trabalhadores estão distanciados da realidade capitalista, ou seja, sem valorização imobiliária e, portanto, onde se torna mais fácil esse tipo de produção.

Esses mutirões de autogestão começaram a surgir na década de 1980, constituídos por grupos de famílias que se reuniam com o objetivo de praticar atividades de transformação, gestão e circulação de bens, organizadas por meio de cooperativas, tomando decisões conjuntas. Através da solidariedade entre as famílias com um interesse em comum é que se dá a produção autogestionária das habitações: com ajuda mútua, uma maneira de garantir o acesso à moradia coletivamente.

De acordo com Mineiro e Rodrigues (2012), as primeiras experiências autogestionárias apareceram com o ressurgimento dos movimentos populares e redemocratização do país na década de 1980. O caráter das experiências iniciais foi pontual, geralmente apoiadas por algum profissional, ONG's ou instituições religiosas. Os autores citam que a partir do ano de 1989, programas habitacionais autogestionários começaram a fazer parte da política pública de algumas cidades como Diadema e São Paulo.

O enfrentamento do cenário caracterizado pela falta de uma política habitacional nacional que compreendesse a autogestão habitacional surgiu décadas mais tarde, segundo Mineiro e Rodrigues (2012, p. 19), com a "criação de programas habitacionais federais que estabelecem parceria com os movimentos sociais e cooperativas da área de habitação, o Programa Crédito Solidário e o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. " Esses programas começaram a ser implementados em 2004, a partir também da criação do Ministério das Cidades. A atuação dos programas, assim como os recursos utilizados e a importância que o Ministério das Cidades significou a integração da autogestão à política habitacional nacional, temas que serão aprofundados.

2.1.2 Estatuto da Cidade: nova perspectiva para a questão habitacional

Como afirma Rolnik (2012), a Constituição de 1988 anunciou reformas políticas e jurídicas no país trazendo a discussão a respeito de questões sociais de acesso à terra e marcando o processo de redemocratização.

De acordo com Rodrigues e Barbosa (2010), a Nova Constituição de 1988 estabeleceu mudanças no papel dos municípios, que passaram a ter maior

importância na condução de políticas sociais, especialmente na política habitacional. Parcerias entre os movimentos sociais e os governos locais também começaram a surgir, dando uma nova lógica às lutas sociais relacionadas à moradia e ao direito à cidade. Ainda, os artigos 182 e 183 abordados dentro do capítulo da Constituição que trata da Política Urbana, demonstraram o estabelecimento de alguns limites do direito de propriedade. No entanto esses artigos só foram regulamentados em 2001 com a aprovação do Estatuto da Cidade que, segundo os autores, foi fruto da luta do movimento pela reforma urbana após anos de mobilização e pressão.

Para Bassul (2010), com a promulgação da Constituição, a maior parte dos aspectos legislativos que o movimento de reforma urbana apresentava em sua luta dependiam da criação de uma lei federal, que seria o Estatuto da Cidade.

> O projeto foi apresentado em 28 de junho de 1989 e recebeu a identificação oficial de “Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 181, de 1989 (Estatuto da Cidade) ”. Com parecer favorável do relator, senador Dirceu Carneiro (PSDB-SC), foi aprovado no Senado exatamente um ano depois e enviado à Câmara dos Deputados, onde permaneceria por 11 anos e seria reformulado. (BASSUL, 2010, p. 80).

Pereira (2002), também aborda essa questão afirmando que a Constituição de 1988 trouxe uma proposta de emenda popular sobre a reforma urbana elaborada por movimentos populares e organizações não governamentais. Essa emenda seria o princípio do Estatuto da Cidade e incluía questões de política urbana:

> A emenda estava estruturada em torno de três questões: a) instituição de mecanismo de controle público do uso do solo urbano; b) gestão democrática da cidade; c) priorização de investimentos públicos para atendimento da população mais pobre. (PEREIRA, 2002, p. 177).

Conforme a autora explica, após a apresentação dessa emenda, o Estatuto da Cidade foi levado ao Senado Federal, em 1989. No ano seguinte o projeto de lei do Estatuto foi aprovado pela Comissão de Mérito do Senado e encaminhado à Câmara dos Deputados. O projeto desagradou entidades ligadas ao mercado imobiliário, que criaram uma campanha de rejeição, dando origem a várias outras emendas. No ano de 1994 foi apresentado um projeto substitutivo, “discutido pelo

Fórum Nacional da Reforma Urbana e encaminhado para aprovação às Comissões específicas da Câmara, onde ficou paralisado até 1997, quando foram retomadas as discussões. ” (PEREIRA, 2002, p. 177).

Ainda segundo Pereira (2002), apenas no ano de 2000 o Estatuto foi analisado novamente e aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. No início do ano seguinte foi finalmente aprovado pela Câmara e encaminhado ao Senado Federal. Sua aprovação foi unânime.

Bassul (2010), explica que essa tramitação legislativa perdurou muitos anos por conta de interesses reversos. De um lado estavam os representantes de um conjunto de entidades e movimentos que lutavam pela reforma urbana e defendiam a sua aprovação e, do outro lado, entidades representativas do empresariado urbano que defendiam interesses ligados à propriedade privada, sendo contra a aprovação.

Para Pereira (2002), os onze anos de tramitação dessa lei nacional foram fruto de conflitos de interesses, uma vez que alguns instrumentos previstos no Estatuto não beneficiariam o mercado e a propriedade imobiliários, tratando apenas do interesse coletivo. Esses instrumentos regulamentam o cumprimento da função social da cidade, o que significaria um maior controle sobre a ocupação dos imóveis urbanos, diminuindo a especulação imobiliária. Desse modo, a autora defende a importância do Estatuto da Cidade por ser um instrumento que pretende atuar sobre as causas dos problemas urbanos, assumindo caráter de reforma urbana e se tornando “a primeira lei a questionar o exercício do direito individual frente às necessidades sociais. ” (PEREIRA, 2002, p.180).

A então Lei Federal nº 10.257/01, sancionada no dia 10 de julho de 2001, regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.

> O artigo 182 estabelece que a política de desenvolvimento urbano tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Estabelece também que o plano diretor é o instrumento básico dessa política.
> O artigo 183 da Constituição determina que todo aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirirá seu domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Na prática, esse artigo torna possível a regularização das ocupações urbanas, ilegais, características das cidades brasileiras. (PEREIRA, 2002, p. 181).

A autora ainda afirma que as inovações apresentadas pelo Estatuto da Cidade abordam três campos de atuação: (i) instrumentos de natureza urbanística; (ii) possibilidades de regularização fundiária das posses urbanas; e (iii) estratégia de gestão urbana com participação dos cidadãos. Dentre os instrumentos de regularização fundiária vale destacar o Usucapião especial de imóvel urbano, estabelecido no artigo 183, que assegura o direito de moradia a famílias de baixa renda e garante o cumprimento da função social da propriedade.

> Mediante esse instrumento é garantido a aquisição do direito de propriedade ao possuidor de área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, que a utiliza para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano e rural. Onde não for possível identificar individualmente os terrenos ocupados, poderá ocorrer o usucapião coletivo, mediante atribuição de fração ideal de terreno para cada possuidor. A aquisição do domínio deverá ser declarada em juízo e, com isso, será garantido o domínio pleno, ou seja, a propriedade com suas características de uso, gozo e disponibilidade, desde que respeitada sua função social. (PEREIRA, 2002, p. 190).

Desse modo, é possível destacar o quão importante foi a aprovação do Estatuto da Cidade para viabilizar a regularização fundiária, garantindo o direito de posse de famílias que ocupam informalmente terrenos particulares ou da União.

O instrumento de Concessão Especial de Uso para fins de moradia também faz parte das possibilidades de regularização fundiária. De acordo com Pereira (2002, p. 190), esse instrumento “reconhece ao possuidor o direito ao domínio pleno de imóveis privados, a concessão de uso é utilizada com esse mesmo objetivo em relação a imóveis públicos. ” Além disso, a previsão de criação de Zonas Especiais de Interesse social faz parte desse campo de atuação, sendo um tipo de zoneamento, com padrões urbanísticos específicos a fim de atender os assentamentos de baixa renda inseridos nessa área.

De acordo com Bassul (2010), a aprovação unânime do Estatuto da Cidade após 12 anos de discussão e luta de interesses se deu por conta dos resultados positivos após a aplicação de vários instrumentos previstos na lei nos municípios, beneficiando também o capital imobiliário. Contraditoriamente alguns dos instrumentos passaram a ser, então, uma oportunidade para o mercado, subvertendo

em algumas situações o objetivo da lei. Além disso, o Estatuto significou representatividade da sociedade civil, que passou a participar mais ativamente das decisões, sendo garantidos os direitos de democracia por meio da participação social.

2.2 UMA NOVA POLÍTICA HABITACIONAL QUE ENCARA O MODELO DE CIDADE AUTOCONSTRUÍDA

De acordo com Cardoso e Aragão (2013), durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi criado o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que contava com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Orçamento Geral da União (OGU). Esse programa permitia graus de subsídios com prestações a valores reduzidos nos financiamentos. Essas operações eram feitas pela Caixa Econômica Federal, que repassava os recursos para as companhias construtoras, que produziam os empreendimentos. Os municípios eram responsáveis pelo cadastramento da demanda, englobando famílias com renda de 3 a 6 salários mínimos. Os autores destacam que nesse período houve uma “progressiva consolidação de um conjunto de empresas que passaram a se especializar em produtos direcionados para o setor de renda média baixa desenvolvendo técnicas específicas de barateamento dos custos de construção. ” (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p.25).

Porém, como já abordado anteriormente, esse período caracterizou-se por soluções habitacionais que mantiveram um mercado residencial altamente especulativo, como afirma Maricato (1998). A produção habitacional voltou-se à uma produção essencialmente de mercado, não levando em conta a produção por conta própria nem mesmo diminuindo o déficit habitacional.

Segundo Cardoso e Aragão (2013), a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 criou uma nova perspectiva para a institucionalização da política habitacional com o Projeto Moradia. Conforme explicam os autores, dentre as medidas abordadas pelo projeto estavam a criação de um Sistema Nacional da Habitação; criação dos conselhos nacional, estaduais e municipais de habitação;

retomada do financiamento habitacional para as camadas médias e a articulação da política habitacional com a política de controle e recuperação da valorização fundiária e imobiliária. A criação do Ministério das Cidades veio logo em seguida, tendo como secretarias: Habitação, Saneamento, Transporte e Mobilidade e Programas Urbanos, esta última que envolveria questões de regularização fundiária e planejamento do território. No ano seguinte, a Secretaria Nacional de Habitação desenvolveu as bases normativas e institucionais da política de habitação, com a proposta de estruturação do Sistema Nacional de Habitação, que sofreu, no entanto, uma série de dificuldades de implementação:

> No entanto, a implementação da política de habitação – e da política urbana em geral – esbarra em forte resistência da equipe econômica do governo que mantém inalteradas as mesmas regras de restrição de gastos em vigência no governo anterior, o que vai limitar a capacidade de atuação do Ministério, principalmente pela ausência de recursos para investimentos. (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 29).

Apesar dessa dificuldade econômica, no ano de 2004 uma reivindicação dos movimentos sociais foi atendida com a criação do Programa Crédito Solidário (PCS). Este programa tinha como alvo o atendimento de necessidades habitacionais da população de baixa renda, organizada em cooperativas e/ou associações para a produção e aquisição de novas habitações ou também para a conclusão ou reforma de moradias (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 30). Para tanto, era feita uma concessão de financiamento diretamente ao beneficiário, o que representou uma grande conquista dos movimentos de moradia, uma vez que recursos federais passaram a apoiar a provisão habitacional por meio de autogestão, incluindo a posterior autoconstrução de moradias.

Essa conquista foi importante também porque a autoconstrução, já caracterizada anteriormente, é a principal forma de produção de habitat popular no Brasil e na América Latina, em especial nos últimos 30 anos, intensificada pela retração de investimentos públicos. (LAGO, 2017). Segundo a autora, essa é uma realidade social que surge em decorrência da descrença nas soluções coletivas públicas para o acesso à moradia e à cidade. Desse modo, a partir das políticas públicas que começaram a surgir após a década de 1990 para a produção de

habitações de interesse social, a autoconstrução presente marcou uma disputa entre a produção capitalista da cidade e a produção associativa autogestionária feita pela população de menor renda.

Ainda conforme Lago (2017), os processos de autoconstrução, principalmente os marcados pelo cooperativismo autogestionário, caracterizam um modelo de transformação e circulação de bens através da autonomia decisória dos trabalhadores que atuam sobre uma propriedade coletiva, como ocorre no Uruguai:

> [...] a propriedade coletiva foi um dos princípios fundantes do cooperativismo habitacional uruguaio como forma de controle, por parte dos cooperativados, da mercantilização do imóvel. Tal princípio está na agenda de luta dos principais movimentos autogestionários atuantes hoje em países como Brasil, Argentina e Paraguai, além do próprio Uruguai. No entanto, os avanços necessários no campo normativo são poucos e, quando ocorrem, são bloqueados pela dinâmica do setor habitacional impulsionada por políticas de financiamento direcionadas para a reprodução do capital imobiliário. (LAGO, 2017, p.138).

Lago (2017), afirma que embora os processos de produção de habitat popular nas periferias e assentamentos latino-americanos demonstrem as carências da classe trabalhadora, por outro lado mostram a diversidade da produção de bens e reprodução social, além de combinar recursos monetários e não monetários.

> Assim, partimos da premissa de que projetos autogestionários englobam lutas pela definição de novos critérios de distribuição e regulação dos recursos públicos, o que exige, além do confronto direto com o Estado, uma luta de caráter institucional nas diferentes esferas de poder. (LAGO, 2017, p.140).

Para a autora, na produção autogestionária os recursos investidos são administrados de maneira a satisfazer as necessidades dos cooperados através de um partilhamento de poder, ao contrário da produção do Estado onde há parcerias privadas e um poder centralizado.

Dessa forma, no governo Lula, pela primeira vez na história da política habitacional, passou a abordar a autogestão habitacional como uma importante questão a ser considerada no Programa Crédito Solidário.

Posteriormente, no ano de 2005 foi aprovado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), no qual a política habitacional passava a contar com subsídios diretos, viabilizando o atendimento à habitação de baixa renda. O Fundo foi instalado em 2006, como afirmam Cardoso e Aragão (2013), marcando também uma inovação na política habitacional. A criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social também nesse período fortaleceu órgãos públicos municipais e estaduais para a implantação de políticas habitacionais viabilizando o acesso à moradia digna e sustentável às populações de menor renda. (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL (IAB), 2010). A partir disso, o mercado imobiliário habitacional passou por um crescimento constante.

No ano de 2008, a promulgação da Lei 11.888/2008 teve grande importância no direito de acesso à moradia, conhecida como Lei de Assistência Técnica à Moradia de Interesse Social, que passou a assegurar assistência técnica gratuita à famílias com renda de até três salários mínimos. Conforme explica Nascimento (2011), a assistência seria pública garantindo o projeto e a construção da moradia, incluindo trabalhos de acompanhamento de execução da obra feitos por profissionais da área de arquitetura, urbanismo e engenharia. Ou seja, são incluídos na lei projetos de edificações, reformas ou ampliações e até mesmo projetos de regularização fundiária.

Um Manual para Implantação de Assistência Técnica Pública e Gratuita foi elaborado em 2010 pelo Instituto de Arquitetos do Brasil. Nele foram abordadas diretrizes para a aplicação da lei, indicando quem seriam os beneficiados e como seria o trabalho dos profissionais da área.

> O acesso das famílias se dará a partir de um cadastro realizado pelo município, independente do seu local de moradia ou da participação da família em algum movimento organizado. Desta maneira, universaliza-se a assistência de maneira difusa e pulverizada no território da cidade, qualificando a moradia no bairro em que as famílias já vivem e no qual já têm suas relações sociais e culturais. (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL (IAB), 2010, p. 24).

O Manual ainda apresentou um diagrama da estrutura do Programa (FIGURA 2), reforçando que o mesmo não é excludente, ou seja, a assistência técnica gratuita não excluiria os outros programas habitacionais existentes na época, como o

Programa Crédito Solidário. Além disso, por garantir a universalização da assistência técnica às famílias com renda de até três salários mínimos, se tornou uma lei de interesse do conjunto de profissionais envolvidos e das famílias de baixa renda, que passariam a ter acesso ao trabalho do profissional de arquitetura e urbanismo, um privilégio que anteriormente era apenas das classes mais altas.

De maneira geral, o funcionamento indicado pelo IAB (2010) seria da seguinte maneira: (i) o município, através da Prefeitura Municipal ou do Governo Estadual, encaminha a proposta de assistência técnica ao Ministério das Cidades, estabelecendo um convênio de repasse de recursos, que incluem FGTS e OGU. (ii) a Prefeitura Municipal ou o Governo Estadual se torna responsável pelo cadastramento das famílias que se enquadram no recebimento da assistência técnica gratuita, enquanto que entidades formadas por profissionais da área também se cadastram e firmam convênio com a órgão público para a prestação de serviços. (iii) cada família selecionada vai até às entidades e solicita a ajuda de um profissional, firmando um contrato. (iv) após isso, o projeto é elaborado e aprovado nos órgãos responsáveis. (v) assim, a família recebe recursos para a execução da obra junto às linhas de financiamento ou de outros programas de Habitação de Interesse Social ou, até mesmo, utiliza os próprios recursos. (vi) o acompanhamento da execução também é feito pelo profissional e a cada etapa concluída o agente financeiro repassa os valores dos honorários ao profissional envolvido, que deve elaborar relatórios de serviços.

O IAB (2010) ainda ressalta que a partir da implementação do Programa de Assistência Técnica Gratuita e das primeiras experiências, se faz necessária a capacitação dos profissionais para a assessoria permanente, além da avaliação do que já foi feito e a elaboração de uma normativa própria para assistência técnica direta ao usuário. Assim, a Lei 11.888/2008, que entrou em vigor em junho de 2009, trouxe uma nova alternativa para questão habitacional, fazendo com que os profissionais de arquitetura e urbanismo e também da engenharia exerçam sua função social, garantindo o acesso de famílias à moradia digna.

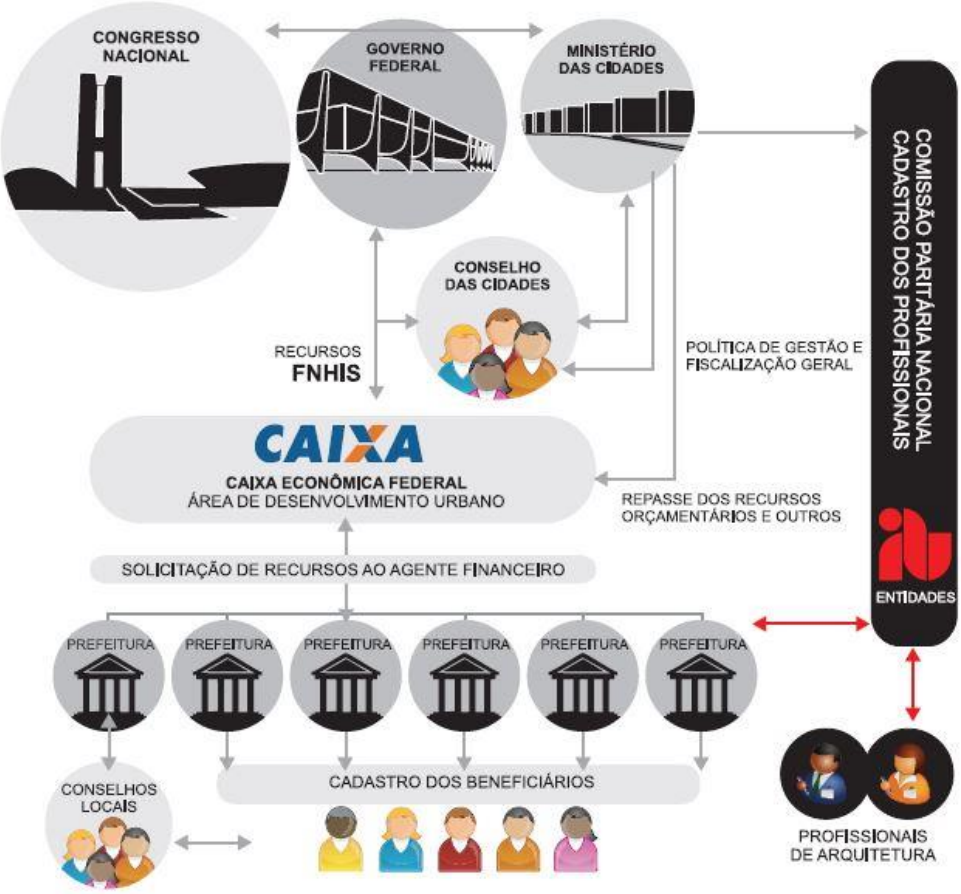


FIGURA 2 - MACROESTRUTURA DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
FONTE: Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) (2010).

No entanto, como afirma Nascimento (2011), a aplicação desta lei está atrelada à elaboração de outros dispositivos ainda não criados, além de existirem preocupações financeiras. Cada Estado ou Município deve propor um planejamento sistêmico para a aplicação da lei, como explica o IAB (2010), e enviá-los ao Ministério das Cidades, no entanto, por ainda ser uma iniciativa opcional, poucos são os Estados e Municípios que capacitam profissionais na atuação da assistência técnica e desenvolvem projetos-piloto para isso.

De acordo com Carvalho et al. (2013, p. 7), acreditava-se que essa lei poderia impulsionar o setor da construção civil, desde que apoiada pelos financiamentos do governo e divulgada para a população.

> Entretanto, esta Lei permanece pouco conhecida no âmbito das prefeituras municipais. Com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida

> (PMCMV), em abril de 2009, poucos meses antes da entrada em vigor da Lei n. 11.888/2008, alterou-se a agenda pública para habitação e redirecionaram-se os esforços do poder público e os interesses do setor imobiliário, colocando-se em segundo plano uma estratégia que vinha sendo gestada há tantos anos. (CARVALHO; PIMENTA; RAMOS; FARIA, 2013, p. 7-8).

Além da promulgação da Lei de Assistência Técnica, no ano de 2009, foi criado também o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Segundo Amore (2015), o programa, em sua origem, foi concebido como medida econômica pelos Ministérios da Casa Civil e da Fazenda, juntamente dos setores imobiliário e da construção civil para combater a crise econômica desencadeada no ano de 2008. O lançamento do PMCMV foi em março de 2009 como uma Medida Provisória (MP 459). Além disso, o autor explica que o programa é organizado através de uma série de subprogramas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores e formas de acesso à casa própria. (AMORE, 2015).

> O contexto da crise econômica, junto com o enfraquecimento do Ministério das Cidades no seu papel de formulador e condutor da política urbana, levou o governo a colher a proposta do setor da construção civil, apostando no potencial econômico da produção de habitação em massa. Prometia-se construir 1 milhão de casas, num primeiro momento sem prazo definido, investindo 34 bilhões de reais oriundos do orçamento da União e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além de recursos para financiamento da infraestrutura e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para financiamento da cadeia produtiva. (AMORE, 2015, p.16).

Ainda de acordo com Amore (2015), em apenas 5 anos de programa, a contratação de unidades habitacionais já havia praticamente superado toda a produção do BNH nos seus 22 anos de existência. Isso em razão da produção habitacional ter tomado escala industrial, se baseando nos dados quantitativos do déficit habitacional e procurando, assim, atender primordialmente famílias com renda de até três salários mínimos, contando com níveis de subsídios de até 96% dos valores financiados. Essa foi a diferença marcante da prática do PMCMV em relação à prática do BNH: preocupação de produção para rendas inferiores, tendo um valor estimado de 400 mil unidades, correspondentes a 40% de toda a produção, voltadas para famílias com renda de até três salários mínimos.

Segundo Cardoso e Aragão (2013), o PMCMV foi criado para atender famílias com renda de até 10 salários mínimos, estabelecendo um patamar de subsídio direto e proporcional às rendas. Desse modo, foi possível aumentar o crédito para a aquisição e produção de habitação acompanhadas de redução de juros. Os recursos para a produção de unidades do PMCMV foram distribuídos nas unidades da federação, de acordo com o déficit habitacional dos Estados e, a partir disso, os produtores ou construtores solicitavam créditos para a produção de empreendimentos direcionados ao público que o programa abrangia. O preço das unidades habitacionais deveria seguir os limites característicos de cada cidade ou região. Desse modo, o papel do setor empresarial foi de extrema importância não apenas na produção, como também na elaboração do programa, uma vez que se tratava de uma produção habitacional de mercado.

Amore (2015), afirma que o PMCMV se consolidou na política habitacional a nível nacional por apresentar sucesso quantitativo e uma boa repercussão pública. Assim, após dois anos de programa e com o atingimento da meta de produção de 1 milhão de unidades, em 2011 foi lançada a segunda fase do PMCMV, estimando a produção de mais 2 milhões de unidades, incluindo mudanças e melhorias em sua elaboração. De acordo com o autor, na Fase 2 foi feita uma revisão dos limites de cada faixa de renda, assim como um aumento do custo máximo das unidades. Foram incluídas exigências específicas nos empreendimentos como acessibilidade universal, aumento das dimensões dos ambientes e de padrões de acabamentos.

Cardoso e Aragão (2013), afirmam que também passaram a permitir o uso misto (residencial e comercial), além de estimularem o uso de soluções energéticas sustentáveis nos empreendimentos. No entanto, para os autores, apesar da grande produção e das melhorias exigidas, o PMCMV apresentou contradições articuladas desde sua concepção:

> Uma primeira contradição ocorre entre os objetivos de combater a crise, estimulando a economia, e os objetivos de combater o déficit habitacional; uma segunda, decorrente do privilégio concedido ao setor privado como o agente fundamental para efetivar a produção habitacional, deixando de lado, ou em segundo plano, outras alternativas de produção baseadas na produção pública ou na autogestão, coletiva ou individual. (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 44-45).

Os autores afirmam também que o Programa recebeu várias críticas de especialistas: (i) falta de articulação do programa com a política urbana; (ii) ausência de instrumentos de enfrentamento da questão fundiária; (iii) má localização dos empreendimentos; (iv) privilégio do setor privado; (v) a grande escala dos empreendimentos; (vi) baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos; (vii) descontinuidade do programa em relação ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e a perda do controle social; (viii) desigualdades na distribuição de recursos. (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Ainda segundo Cardoso e Aragão (2013), a adoção do PMCMV foi pautada pela urgência em flexibilizar o acesso a recursos, principalmente por conta da recente crise econômica na época, no entanto a questão habitacional acabou ficando pouco resolvida:

> [...] considerando a falta de articulação da política habitacional com a política urbana e ausência de exigências para que os municípios utilizem os instrumentos do Estatuto das Cidades, a tendência será sempre que os novos empreendimentos se viabilizem a partir da dinâmica de mercado, buscando as terras mais baratas, que são aquelas mais distantes das centralidades urbanas e com maior precariedade de infraestrutura. (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 47).

Bonduki (2009), na época de lançamento do programa, acentuou que os empreendimentos corriam risco de serem localizados em locais inadequados, carentes de infraestrutura, emprego e equipamentos, gerando impactos negativos como a elevação do preço da terra, que traria consequente transferência do subsídio para a especulação imobiliária. Tudo isso por conta da necessidade da realização das obras rapidamente.

Cardoso e Aragão (2013, p. 47) confirmam essa ideia, afirmando que “um dos problemas anunciados pela própria estrutura institucional e operacional do programa será, portanto, a questão da localização dos novos empreendimentos”. Para os autores, os empreendimentos geraram um processo de periferização, que deve ser analisado especificamente em cada cidade, mas que em geral, caracterizou-se por um padrão de grandes conjuntos localizados em periferias distantes, nos quais a liberação de recursos reforçou a tendência de crescimento do preço da terra.

Ao avaliar alguns empreendimentos implantados em formato de condomínios pelo Programa Minha Casa Minha Vida nas cidades do Rio de Janeiro, Queimados e Belford Roxo, Andrade (2015) afirma que a má localização compromete as condições de vida da população que habita esses conjuntos habitacionais. Isso em razão das diferentes composições familiares e suas necessidades e potencialidades que requerem qualidade arquitetônica, urbanística e construtiva dos empreendimentos. Tudo isso cria um debate que desloca a questão do déficit habitacional para a questão das necessidades habitacionais. O PMCMV de certa forma diminuiu o déficit habitacional com sua produção em larga escala, mas criou problemas sociais que custam a serem resolvidos.

Tratando das questões sociais, o Programa Crédito Solidário (PCS), abordado anteriormente, estabeleceu parcerias com movimentos sociais e cooperativas pressionando a implantação no PMCMV da linha Entidades, que se caracterizou pela aproximação com os movimentos populares urbanos, se afastando da lógica da produção empresarial.

De acordo com Rizek et al. (2015), o PMCMV - Entidades é uma modalidade criada que integra à Faixa 1 de atendimento do programa, para famílias com renda de até três salários mínimos. A principal característica do PMCMV - Entidades, que o diferencia da produção empresarial, é seu apoio na produção habitacional autogestionária formada por movimentos que fazem parte do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), movimentos populares que preveem a participação dos futuros moradores no processo de conquista e construção das moradias. Conforme Mineiro e Rodrigues (2012, p. 19) explicam, o FNRU conta com entidades nacionais que atuam no tema da moradia e da reforma urbana, tendo também o tema da autogestão na habitação como uma reivindicação.

> A autogestão na habitação é uma bandeira presente na plataforma dessas organizações, que denunciam não apenas a falta de apoio a esse modelo, mas a que interesses servem a quase exclusividade dada à produção privada de habitação social financiada com recursos públicos. (MINEIRO; RODRIGUES, 2012, p. 20).

Segundo Rizek et al. (2015, p. 294), o funcionamento do programa se dá por meio de contratos feitos com entidades populares que organizam e selecionam as famílias beneficiadas, podendo administrar as obras diretamente, em regime de mutirão ou produção com autogestão, ou também contratando construtoras. Se a administração for feita por autogestão, as entidades recebem antecipadamente duas parcelas do financiamento, visto que as associações populares não têm capital para o início das obras, nem mesmo fluxo de caixa. Além disso, nesse tipo de empreendimento é possível, pela normativa do programa, fazer a compra antecipada do terreno e obter a liberação de recursos para a realização dos projetos e licenciamentos. Dessa forma é possível evitar que negociações iniciadas com proprietários de terras se percam devido a demora dos trâmites necessários. Para isso, basta comprovar para a Caixa Econômica Federal a viabilidade do empreendimento.

Os autores afirmam que, assim como no PMCMV – Faixa 1, a modalidade Entidades também teve em geral sua produção viabilizada em locais com pouca infraestrutura, equipamentos e acesso a empregos, sendo um problema considerando que os empreendimentos são habitados por população pobre que sofre com as vulnerabilidades. No entanto, para esses moradores, a moradia produzida significa uma grande conquista das famílias que se mobilizam e buscam por negociações de terrenos, elaboração de projetos e implantação das obras.

> Não se trata do local da cidade onde o empreendimento será implantado, trata-se (também) das experiências urbanas dos indivíduos e famílias que foram selecionados – “abençoados”, “premiados”, como se a própria noção de direito já não existisse, mesmo para famílias vinculadas a movimentos de luta – para viver (e construir) nesse novo pedaço de cidade (mais uma vez). Experiências já vividas antes mesmo de que o pedaço seja reconhecido, antes mesmo de que qualquer tijolo assentado. (RIZEK et al., 2015, p. 320).

De maneira geral, a abordagem da autoconstrução vinculada à autogestão é algo recente na política habitacional brasileira, mesmo sendo comum a prática da autoconstrução na realidade da produção de espaços no país. A garantia da assistência técnica gratuita surgiu, então, como uma forma de melhorar a qualidade desses espaços e auxiliar no alcance do direito à moradia digna. No entanto, a

aplicação efetiva da Lei 11.888/2008 ainda depende da viabilidade financeira e do planejamento sistêmico feito pelos Estados ou Municípios, além de sofrer com a disputa acarretada pela forte política habitacional direcionada ao financiamento da reprodução de capital imobiliário.

Ademais, com o impeachment da Presidente Dilma Rousseff em agosto de 2016, mudanças no quadro da Política Nacional de Habitação surgiram. De acordo com Fernandes (2016), as medidas trazidas após a posse do Presidente Michel Temer causaram a redução drástica de orçamento para desenvolvimento urbano, a desaceleração do crédito habitacional e a criminalização dos movimentos sociais. A faixa 1 de renda familiar foi suspensa do PMCMV e do PMCMV – Entidades por conta da falta de recursos. Além disso, a autora afirma que uma série de medidas preparadas durante o governo de Michel Temer pretendem impedir a utilização de instrumentos de acesso à terra previstos no Estatuto das Cidades e em outras legislações específicas. Tudo isso incide fortemente na garantia do acesso à cidade e à moradia digna, além de descontinuar uma política habitacional que tomava força, mesmo necessitando de ajustes.

3 ANÁLISE DA REALIDADE

Este capítulo tem como objetivo caracterizar a produção de moradias populares no Município de Curitiba a partir da autoconstrução. A autoconstrução é uma marca do processo de produção do espaço urbano no Brasil e a principal forma de produção dos espaços de moradia das classes populares. Tal processo é estudado a partir do caso da Sociedade Barracão, cuja origem deriva da produção informal do espaço, e que obteve assistência técnica no processo de autoconstrução de suas moradias por um coletivo de profissionais

3.1 PANORAMA GERAL DA PRODUÇÃO DE MORADIA POPULAR

O déficit habitacional é um problema histórico presente nos centros urbanos do país. Segundo Cardoso (2007), até a década de 1990 acreditava-se que a principal causa do processo chamado de favelização era a acelerada urbanização derivada das altas taxas de migração rural-urbana, além do modelo de desenvolvimento de pagamento de baixos salários e do alto custo da terra urbanizada. Junto a isso, o crescimento das cidades não acompanhou o crescimento da infraestrutura e regulação da ocupação do solo urbano. Embora tais processos estivessem presentes, não constituem a causa das condições de precariedade habitacional.

De acordo com Silva (2012), os grandes aglomerados urbanos no Brasil, além de concentrarem parte relevante da economia, concentram também pobreza e informalidade. Sendo assim, o déficit habitacional não pode ser atribuído somente à falta de unidades habitacionais, tornando necessário incorporar outras dimensões ligadas à qualidade e a inserção urbana, de modo a oferecer condições de moradia dignas.

Ainda de acordo com Silva (2012), na metrópole de Curitiba:

> No período que antecede a década de 1990, a carência crescente de moradia para a população de baixa renda na metrópole de Curitiba acompanha a dinâmica observada em grande parte das cidades brasileiras, apresenta-se com a intensificação da urbanização e da industrialização em meados do

> século XX e evolui de modo ascendente nas décadas seguintes. (SILVA, 2012, p. 113-114).

De acordo com a autora, entre as décadas de 1950 e 1970 a aprovação de loteamentos periféricos ocorreu nos limites do Município de Curitiba e em cidades do seu entorno. (SILVA, 2012). Nos anos posteriores, a ocupação desses loteamentos, que apesar de serem geralmente adquiridos através do mercado formal, foi marcada pela produção de moradias por meio da autoconstrução em locais caracterizados pela precariedade e pela fragilidade ambiental, em especial os situados no leste da RMC.

Esse processo consolidou a periferização da moradia popular, tendo a desigualdade como uma expressão marcante:

> Apesar da expansão dispersa e fragmentada do núcleo metropolitano, mesclando segmentos sociais por vezes antagônicos, a desigualdade segue sendo uma expressão marcante da RMC, refletindo o modelo de ocupação adotado, que induz à periferização da pobreza e ao abandono de grandes contingentes de população em territórios com baixas condições de bem-estar urbano. (MAGALHÃES; MOURA; CINTRA, 2014, p. 127).

Os primeiros registros de espaços informais de moradia em Curitiba datam das décadas de 1940 e 1950, e a partir da década de 1960 as favelas apresentaram-se em diferentes pontos do município. Esse processo de separação das moradias no espaço urbano com áreas habitadas por população de renda baixa e outras habitadas por renda mais elevada, encontra também explicação no Plano Diretor aprovado no ano de 1966, que estabeleceu parâmetros urbanísticos específicos que potencializaram o aumento do preço da terra. A década de 1980 é marcada pela intensificação do processo de favelização, potencializada pela inexistência de uma política nacional de habitação e também por um período de recessão econômica no país. (SILVA, 2012).

Segundo Silva (2016), os espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba são formados predominantemente por favelas, loteamentos clandestinos e loteamentos irregulares.

A produção dos espaços populares de moradia apresenta algumas particularidades:

> (i) na periferia situada no entorno da cidade-polo derivou da ação de proprietários de terra e incorporadores imobiliários; (ii) as favelas surgem e concentram-se em Curitiba; (iii) a produção de habitação pelo Estado concentra-se na cidade-polo. (SILVA, 2012, p. 114).

Vale destacar que a produção de habitação popular pelo Estado ao longo das décadas ocorreu em paralelo à produção de espaços informais de moradia. O BNH, responsável por viabilizar a construção de conjuntos habitacionais, começou a atuar no país durante a década de 1960, mesmo período correspondente à intensificação do processo de favelização em Curitiba. A atuação do BNH na metrópole de Curitiba foi predominante na cidade-polo e não englobou de maneira significativa a Região Metropolitana.

A Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB – CT) atua no âmbito municipal em Curitiba, desde 1965, para a implementação dos projetos habitacionais desde a época do BNH.

Os primeiros conjuntos habitacionais do BNH, como o Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, estavam ligados à políticas de desfavelamento. Inaugurado em 1967, serviu para o reassentamento de famílias que viviam em favelas, e foi situado numa área então periférica no Bairro da Cidade Industrial (CIC), com a construção de cerca de 2.150 casas. Segundo Silva (2012), o Bairro CIC localizado no oeste de Curitiba, juntamente do Cajuru, são os que mais concentram domicílios informais no final da década de 2000. O CIC foi também o bairro que mais recebeu conjuntos habitacionais populares na década de 1970. (SILVA, 2012).

Segundo Albuquerque (2007), o período entre os anos de 1964 e 1979 contou com ações por parte do Poder Executivo Municipal da produção de unidades habitacionais e remoção de favelas. Conforme a autora, no ano de 1974 o Município de Curitiba apresentava 4.083 domicílios distribuídos em cerca de 35 favelas, fenômeno que passou a chamar a atenção da Prefeitura Municipal para o problema da habitação. Desse modo, em 1976 foi publicado um Plano de Desfavelamento, cujos objetivos eram a erradicação de favelas e a adaptação das famílias em um novo ambiente.

A década seguinte, de acordo com Albuquerque (2007, p.78), “marca o início de uma nova postura da Prefeitura Municipal em relação ao problema da habitação. ”

A criação da Carta da Favela, passou a tratar da urbanização das favelas e excluía a remoção como única solução. Questões de salubridade e “preço viável” também foram levantadas. No entanto, não houve nenhuma ação de urbanização deflagrada pelo Poder Executivo Municipal até a metade dessa década.

Ainda segundo a autora, a política habitacional de Curitiba passou por uma mudança de direção na década de 1980, sendo elaborados o Plano Municipal de Habitação (1984) e as Diretrizes para a Política Habitacional (1989):

> Embora esses planos tenham sido construídos em gestões políticas distintas, 1984 - Maurício Fruet (PMDB) e 1989 - Jaime Lerner (PDT), eles apresentaram muitos pontos em comum. Nas duas propostas houve: (i) a priorização da produção de lotes urbanizados em detrimento da construção de casas ou apartamentos; (ii) a definição de ações de urbanização e regularização fundiária para as favelas curitibanas e (iii) o apontamento da necessidade de criação do Fundo Municipal de Habitação - FMH. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 80-81).

Nessa década também foi criado o Programa PROLOCAR - Programa dos Mil Lotes, como uma maneira de enfrentamento do aumento do número de favelas no município:

> [...] com o agravamento da situação econômica social e consequente aumento das invasões, a Administração Municipal, através do Programa PROLOCAR – Plano dos Mil Lotes, estabeleceu critérios para a seleção de áreas e implantação de lotes para reassentamento das famílias invasoras. (CURITIBA, 2007, p.7).

Na década de 1980, a política habitacional do município de Curitiba executada pela COHAB - CT, tornou a produção de lotes urbanizados muito mais intensa do que a produção de apartamentos e de casas. Ademais, no ano de 1986, com a crise financeira e o consequente fim do BNH, houve um período de inexistência de uma Política Habitacional a nível federal. Desse modo, as Companhias de Habitação, seja de âmbito municipal, intermunicipal ou estadual, passaram a atuar mais fortemente na questão habitacional.

O período de 1986 a 2002 foi marcado pelos projetos de urbanização de favelas realizados pela COHAB - CT, sem o apoio federal e com recursos remanescentes do BNH ou de fundos municipais.

A política de habitação em Curitiba durante as décadas de 1990 e 2000 também foi marcada pela criação efetiva do FMH, no ano de 1990, e pelas recentes parcerias feitas com a iniciativa privada, derivadas da escassez de recursos com o fim do BNH. Esse período é caracterizado por uma grande produção de lotes urbanizados, os quais possuíam medidas menores que o padrão (área mínima de 125 m²) e eram financiados por empreendedores privados, que ofereciam também a infraestrutura básica.

O Programa em parceria com a Iniciativa Privada exigia também que os empreendedores repassassem metade dos lotes produzidos para COHAB – CT, que os vendia para atender a fila de inscritos. Esse programa dificultou ainda mais o acesso à moradia para famílias com renda de até três salários mínimos, pois os valores não eram acessíveis a essa faixa da população. (ALBUQUERQUE, 2007).

O período é também marcado pelo surgimento de outros programas dentro das Diretrizes para a Política Habitacional: o de Atuação em Favelas e o de Autoconstrução. Neste último, o Poder Executivo Municipal era responsável pela assessoria técnica e pelo financiamento da construção, importante para a análise abordada nesta monografia.

Segundo Albuquerque (2007), na década de 1990 a COHAB - CT teve uma produção de lotes urbanizados e de regularização fundiária correspondente a 83% da produção total da companhia. A autora também aponta que no mesmo período o Programa Parceria com a Iniciativa Privada foi responsável por 33% dos lotes produzidos. Toma como exemplo o projeto do Bairro Sítio Cercado, que teve início nessa década com previsão de atendimento à 30.000 famílias.

O Bairro Sítio Cercado como um todo representou um dos empreendimentos mais emblemáticos produzidos pela COHAB - CT durante os anos 1990. A região foi praticamente inteira loteada, recebendo também a implantação de unidades habitacionais, tornando-se uma área consolidada, com infraestrutura e um dos bairros mais populosos da cidade. (DUDA, 2016).

Ainda no que diz respeito ao Programa Parceria com Iniciativa Privada, é importante destacar que 75,3% dos 11.701 lotes habitacionais produzidos durante a

década de 1990 situam-se nos bairros do extremo sul do município de Curitiba: Sítio Cercado, Tatuquara, Umbará e Xaxim. (ALBUQUERQUE, 2007).

A década de 1990 foi marcada também pelo “crescimento dos domicílios e espaços informais de moradia em toda a extensão da metrópole de Curitiba. ” (SILVA, 2014, p. 232). Os anos correspondentes à década de 2000 foram caracterizados pelo aumento contínuo de ocupações irregulares (TABELA 1).

TABELA 1 - ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA - 2005

TIPOLOGIAS			DOMICÍLIOS	ÁREA (ha)	PROPRIEDADE DA ÁREA		
Assentamentos		(%)			Pública	Privada	Pública e Privada
Favela	252	73,90	52.052	979,41	49	66	107
Loteamento Clandestino	89	26,10	7.012	223,46	2	84	1
Loteamento Irregular	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: CURITIBA (2007), SILVA (2012)
NOTA: * 30 favelas e dois loteamentos clandestinos não dispunham do número de domicílios
- Dado numérico igual a zero e não resultante de arredondamento

No ano de 2000, o número de domicílios em ocupações irregulares no Município de Curitiba era igual a 57.333, um correspondente a 12,7% do total de domicílios da cidade. (CURITIBA, 2007). De acordo com IPPUC (2015), no ano de 2000, esses domicílios irregulares se situavam em 301 ocupações, já em 2010 o número de ocupações irregulares havia subido para 381. Uma considerável parte dessas ocupações, feitas por uma parcela da população que se encontra à margem da cidade formal, se estabeleceu em áreas com fragilidades ambientais. Uma ocupação desordenada e alheia aos parâmetros municipais, em locais que correspondem a áreas de preservação permanente e, até mesmo, institucionais e áreas privadas vazias (FIGURA 3).

Esse processo exige atenção na elaboração da legislação municipal e nas intervenções a serem realizadas pelas políticas públicas.

> A adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade veio complementar e consolidar o rol de instrumentos normativos que tratam da questão ambiental e habitacional no Município de Curitiba ao estabelecer as

diretrizes da Política Urbanístico-Ambiental e da Política Habitacional, em especial da Habitação de Interesse Social. (CURITIBA, 2007, p. 4).

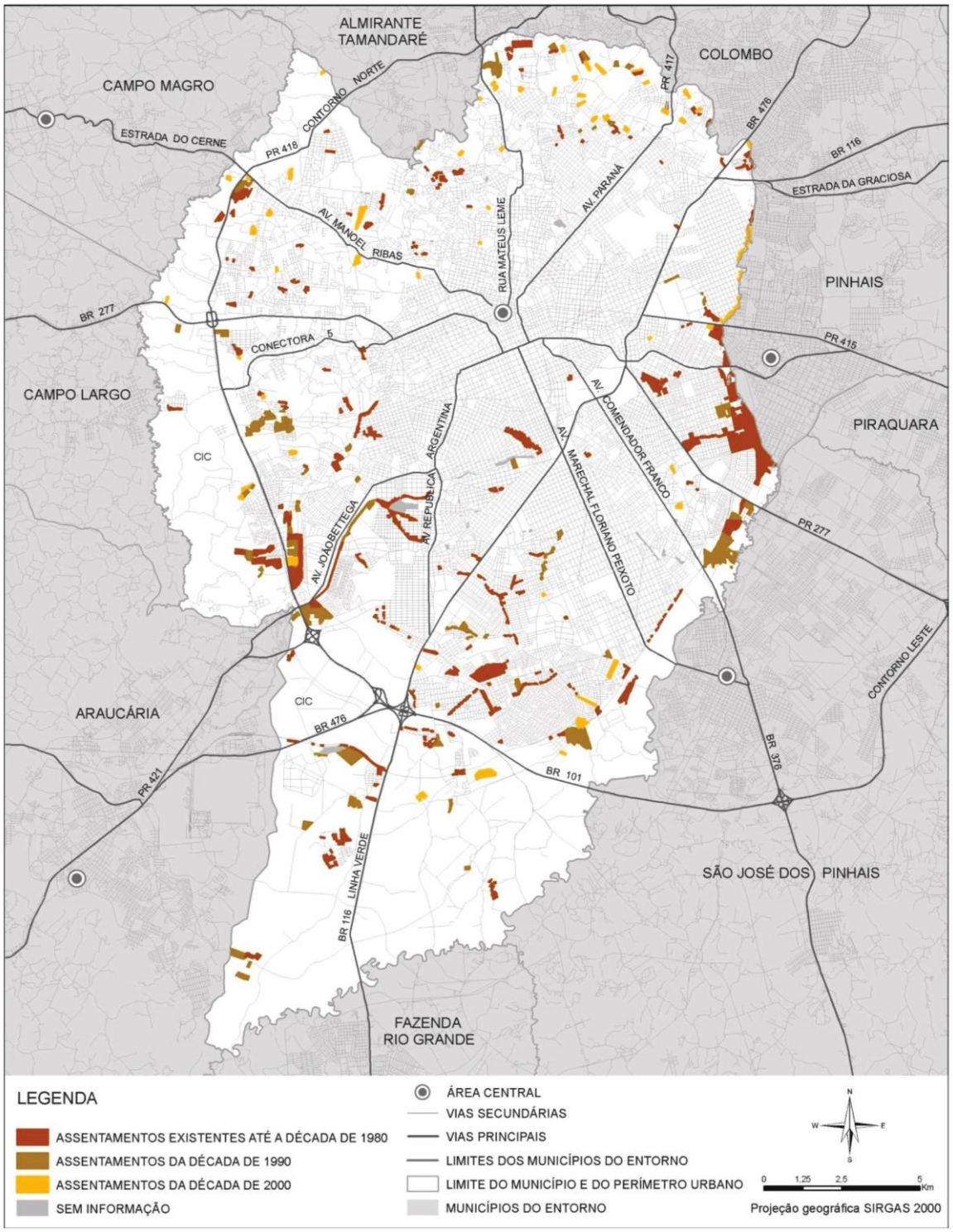


FIGURA 3 - DÉCADA DE ORIGEM DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – CURITIBA – 1980, 1990, 2000
FONTE: SILVA (2012, p. 142).

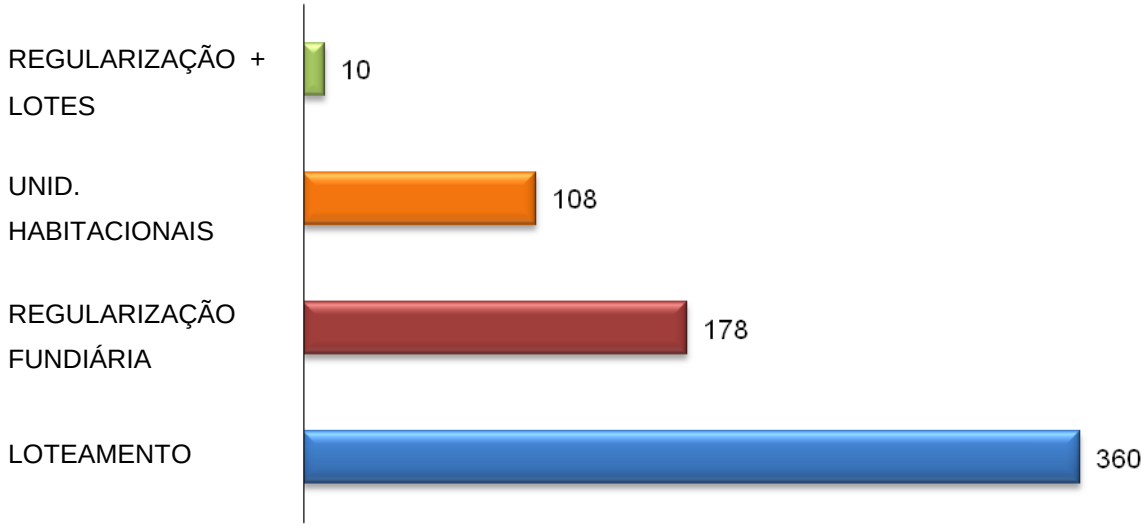
A partir da década de 2000, as intervenções por parte do Poder Público Municipal procuraram propiciar a integração das ocupações irregulares com a cidade formal, por meio da implantação de urbanização e equipamentos. Também foram realizados reassentamentos de famílias que viviam em situações de risco.

De uma forma geral, o período de tempo compreendido entre os anos de 1986 (fim do BNH) e 2002 (início do governo Lula), correspondeu a uma produção diferenciada das habitações de interesse social no país:

> Como uma forma de contornar a falta de recursos federais e enfrentar o problema de falta de moradia, as prefeituras municipais passaram a assumir a responsabilidade de organizar os programas de habitação de interesse social no Brasil. (DUDA, 2016, p. 12).

Em Curitiba, como aborda Duda (2016), esse período ficou caracterizado pela produção de lotes urbanizados para autoconstrução das unidades habitacionais e projetos de regularização fundiária, predominantemente (GRÁFICO 1).

GRÁFICO 1 - QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS SEGUNDO TIPOLOGIAS EXECUTADOS PELA COHAB – CT NO PERÍODO 1986 A 2010



FONTE: Duda (2016).

NOTA* Os dados foram inseridos até o ano de 2010 porque muitos empreendimentos que foram iniciados na década de 1990 ainda sofreram intervenções posteriores datadas de meados de 2010.

Assim, as ações da COHAB – CT ligadas à estas tipologias (lotes e regularização), juntamente com as parcerias privadas, significou uma larga e consequente produção de autoconstrução de moradias.

A partir do contexto apresentado, pode-se afirmar, portanto, que tanto a informalidade quanto a atuação do estado têm produzido em Curitiba uma cidade em que as classes populares têm construído seus espaços de moradia sem apoio técnico e por conta própria.

No próximo tópico apresenta-se uma experiência de urbanização de favela que buscou fugir desta regra – a Sociedade Barracão.

3.2 A EXPERIÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA AUTOCONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE BARRACÃO

A Sociedade Barracão tem sua origem numa ocupação informal, situada no Bairro Boqueirão. É um caso emblemático de luta pelo direito à moradia digna, pois trata-se do primeiro processo de usucapião coletivo no Estado do Paraná. Além disso, nos últimos anos seus moradores receberam o apoio de um coletivo de profissionais, para apoiar com o conhecimento especializado a construção de suas moradias, constituindo assim uma experiência de assistência técnica. No presente tópico pretende-se caracterizar este caso.

3.2.1 A ocupação

No ano de 1997 a empresa de máquinas e peças industriais Tecnicom foi à falência, deixando um lote e um barracão abandonados no Bairro Boqueirão, na esquina entre as Ruas Professor José Maurício Higgins e O Brasil para Cristo, a uma quadra do rio Belém (FIGURA 4).

O terreno, que conta com uma área de 1.443 m², começou a ser ocupado irregularmente em meados de 1999. De acordo com Fernandes (2010), nessa mesma

época os primeiros ocupantes começaram a lotear e vender clandestinamente a área para carrinheiros.

Cerca de 30 famílias de catadores de material reciclável passaram a morar na propriedade da massa falida a partir de então. De acordo com a ONG Terra de Direitos (2013), o barracão da antiga fábrica servia de abrigo, armazenamento para os materiais coletados e também como local de trabalho. A partir desse processo se estabeleceu uma pequena favela, próxima do Rio Belém.

FIGURA 4 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO SOCIEDADE BARRACÃO
FONTE: A autora (2018).

No ano de 2004 a massa falida da Tecnicom entrou com pedido, em caráter emergencial, de mandado de desocupação do imóvel. Em seguida foi feita uma liminar de reintegração do terreno, de modo a quitar dívidas com a iniciativa privada, a Previdência Social e o IPTU. O Ministério Público se mostrou favorável à concessão da liminar de reintegração de posse, no entanto no ano de 2005 devido à grande quantidade de crianças e adolescentes residentes no local, além da falta de apoio por conta da Fundação de Ação Social (FAS), os moradores não foram despejados.

Nesse meio tempo, de acordo com Fernandes (2010), a COHAB - CT realizou um levantamento da comunidade, visando o reassentamento de alguns ocupantes da área e a regularização de outros. No entanto, essa proposta não foi aceita por parte dos moradores. A intenção da COHAB - CT no ano de 2010 era reassentar as famílias no Parque Iguaçu 3, uma das áreas loteadas pela companhia no extremo sul do município, onde também foram produzidas unidades habitacionais. Essa área localizada no bairro Ganchinho não agradou a grande maioria das famílias, que se recusaram a realizar a mudança para o local com pouca infraestrutura e ainda mais distante da região central de Curitiba (FIGURA 5).

FIGURA 5 - MORADORES DA SOCIEDADE BARRACÃO
FONTE: Gazeta do Povo (2010).

3.2.2 A luta pelo direito de ficar na terra

No ano de 2004 iniciaram os trâmites jurídicos para a remoção da favela da área ocupada, com a anuência do Ministério Público. Em 2005 a remoção não foi efetivada por falta de apoio dos órgãos municipais.

Frente a isso, no ano de 2006, a organização de Direitos Humanos chamada Terra de Direitos passou a atuar na defesa de direitos da comunidade, prestando assistência jurídica popular, para atender a demanda coletiva do local na luta pela questão de direito à moradia. A partir desse apoio, a comunidade conseguiu contestar a liminar de reintegração de posse e também entrar com um processo de defesa pela apresentação de exceção por usucapião coletivo, garantido pelo Estatuto da Cidade no art. 13 da Lei n. º 10.257/2001.

De acordo com a Terra de Direitos (2013), nada foi feito pelos órgãos públicos, até que em fevereiro de 2007 um terrível incêndio atingiu a sociedade, causando muita destruição e piorando ainda mais a situação dos moradores. No ano de 2008, a Terra de Direitos passou a enviar ofícios ao Ministro das Cidades, à Secretária Nacional de Habitação e à Secretária Nacional de Programas Urbanos pedindo providências urgentes para a melhoria da situação das famílias no ano de 2008.

Nesse mesmo ano foi realizada uma audiência de conciliação, determinando que a COHAPAR, a COHAB - CT e o Ministério das Cidades prestassem informações a respeito das políticas públicas de habitação destinadas ao local. No entanto, os órgãos alegaram não terem recursos nem projetos para a área da Sociedade Barracão.

Segundo a Terra de Direitos (2013), em junho de 2011, o provimento da sentença de declaração de Usucapião Especial Coletiva da comunidade Sociedade Barracão, pela juíza de direito da 6ª Vara Cível de Curitiba trouxe novas perspectivas para a comunidade. Essa foi uma decisão inédita na Justiça do Paraná. A juíza também negou o pedido de reintegração de posse do imóvel feito pela empresa falida Tecnicom, considerando que a massa falida não garantia sua função social.

Em janeiro de 2013, o Tribunal de Justiça do Paraná reconheceu em primeiro grau o direito à moradia por usucapião coletivo em imóvel de massa falida. A Tecnicom entrou com recurso contra a decisão, mas o recurso foi negado.

As dificuldades enfrentadas pelos moradores da Sociedade Barracão, catadores de material reciclável, também envolveram questões de trabalho por conta do acúmulo de lixo na região e a consequente reclamação da vizinhança que exigia da Prefeitura de Curitiba a higienização do local (FIGURA 6).

Outro problema enfrentado pela Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis era a falta da prestação de serviços de abastecimento de água, esgoto e luz. A partir do auxílio da Terra de Direitos, foi possível garantir o serviço de abastecimento individual de água e esgoto prestado pela Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) das 12 famílias que ainda moravam no local no ano de 2016.

De acordo com a Terra de Direitos (2013), durante todos esses processos sofridos pela comunidade da Sociedade Barracão eles também receberam acompanhamento de assistência social por parte do Cefuria (Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo), uma ONG sem fins lucrativos que tem por objetivo o fortalecimento da organização popular e as lutas do povo por melhores condições de vida.

FIGURA 6 - SOCIEDADE BARRACÃO
FONTE: Coletivo Trena (2017).

3.2.3 A luta para urbanizar a área

Apesar da conquista judicial de garantia do abastecimento dos serviços oferecidos pela Sanepar, a comunidade não tinha a infraestrutura necessária para a implantação de tal serviço. Além disso, problemas com enchentes eram frequentes por conta da localização próxima do Rio Belém.

No início do ano de 2017 a organização Terra de Direitos buscou apoio técnico para a Sociedade Barracão, a fim de implantar essa infraestrutura através de uma reurbanização da área.

O Coletivo Trena, criado há um ano na época, grupo de arquitetos e urbanistas, engenheiros e advogado com a intenção de trabalhar com urbanismo e assistência para a habitação popular, recebeu um pedido da ONG para trabalhar voluntariamente, com a parte técnica de implantação de infraestrutura na comunidade. De acordo com a arquiteta e urbanista do Coletivo Trena, a ajuda técnica para a garantia do abastecimento de água e rede de esgoto era apenas um dos vários desafios que a sociedade precisava enfrentar.

Com as visitas realizadas pelo coletivo no local, percebeu-se que a carência de assistência demandada por parte dos moradores era ainda maior do que a esperada. Desse modo, o grupo de voluntários decidiu dar apoio não somente na elaboração do projeto de urbanização da área, como também na assistência técnica à autoconstrução das moradias da comunidade. No entanto, na questão de recursos, não havia nenhuma fonte por parte do Poder Público capaz de viabilizar o processo. A estratégia adotada pelo Coletivo Trena foi a adesão a uma plataforma para arrecadação voluntária de fundos, para tornar possível a implantação do projeto de reurbanização. Infelizmente a arrecadação de fundos não teve o resultado esperado quando foi encerrada, em dezembro de 2017. Portanto, poucas coisas puderam ser realmente implantadas devido à falta de recursos.

A proposta de projeto trazia mudanças e melhorias para a área comum do local, a demarcação dos lotes (totalizando 12), calçamento do entorno, arruamento interno com a colocação de concregrama para a criação de uma área permeável. Todas essas decisões foram tomadas através de diversas reuniões entre a

comunidade e o Coletivo Trena, que realizou as visitas quinzenalmente desde maio de 2017, e contou também com a colaboração do Sindicato dos Engenheiros do Paraná (SENGE) no projeto para regularizar o fornecimento de esgoto, água e luz (FIGURAS 7 E 8).

Durante todo o período de visitas e elaboração do projeto de reurbanização, foram desenvolvidos também os projetos das casas dos moradores, que seriam feitas a partir da autoconstrução, com a assistência técnica ofertada pelos arquitetos e urbanistas do coletivo. Cada uma das 12 casas foi projetada por um profissional, algumas novas implantadas em área vazia e outras reformadas prevendo o risco de enchentes com a elevação do piso com 70 cm de altura. As construções seriam realizadas com recursos dos próprios moradores, viabilizando, assim, a execução de cada um dos projetos dentro da realidade dos proprietários.

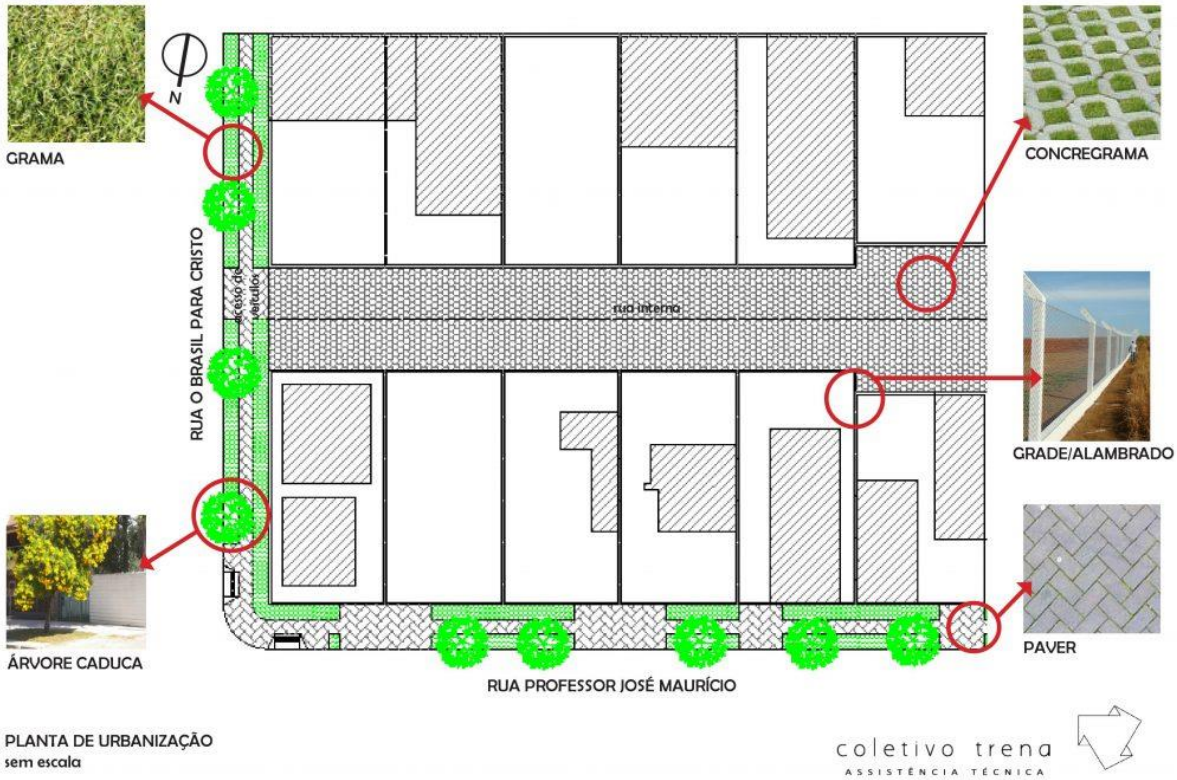


FIGURA 7 - PLANTA DO PROJETO DE REURBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE BARRACÃO
FONTE: Coletivo Trena (2017).

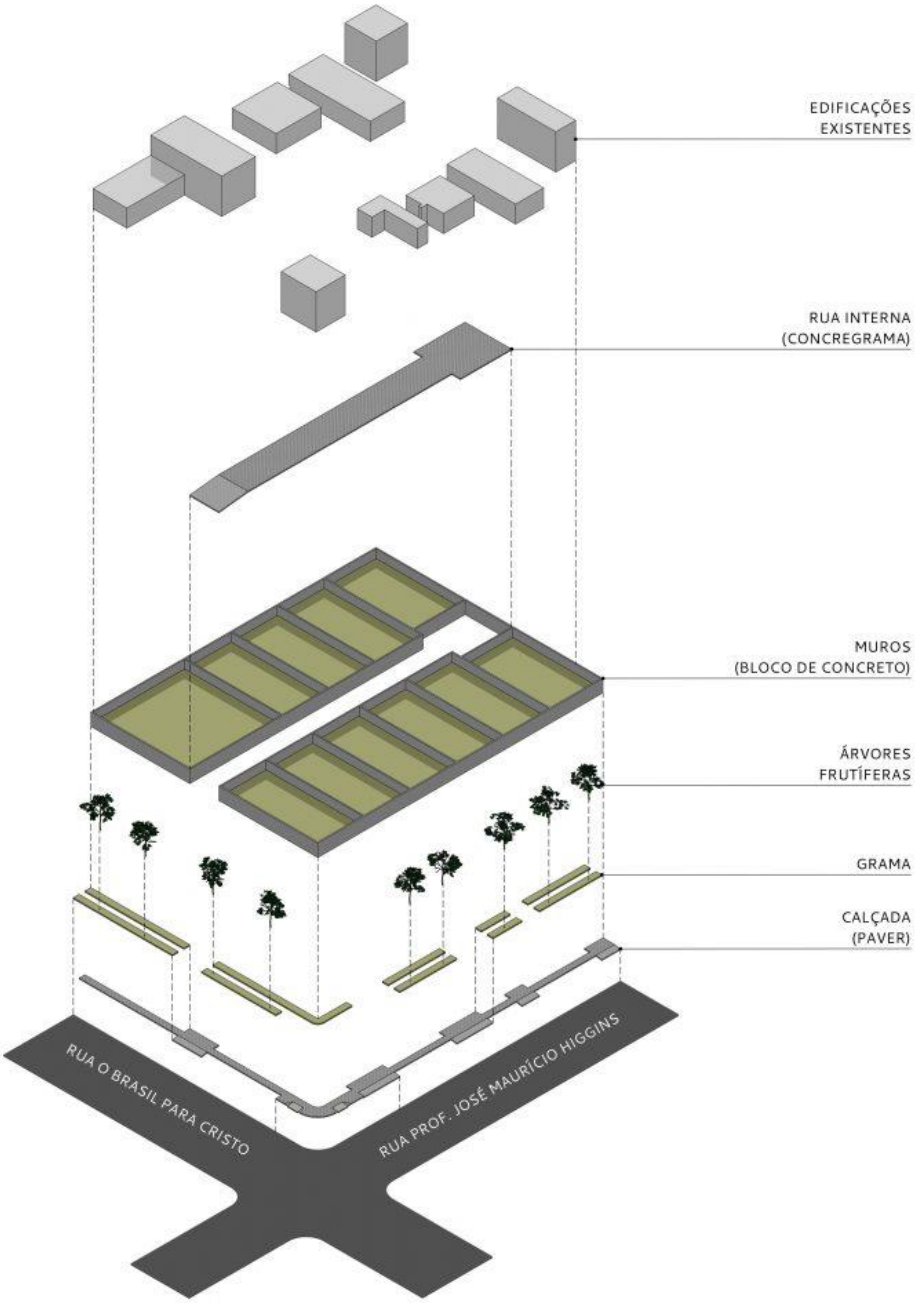


FIGURA 8 - ESQUEMA DE PROJETO DO COLETIVO TRENA PARA A SOCIEDADE BARRACÃO
FONTE: Coletivo Trena (2017).

3.2.4 A metodologia de trabalho do Coletivo Trena

Em entrevista feita com a Arquiteta e Urbanista (informação verbal)[1] do Coletivo Trena, ela afirma que, inicialmente, a criação da associação sem fins lucrativos contou com cerca de quatro integrantes na equipe de profissionais atuantes nos projetos. Como já foi citado, a intenção inicial da participação de profissionais não era muito definida e apenas direcionada para a urbanização de áreas em situação de vulnerabilidade, podendo haver assistência técnica para autoconstrução ou não.

A partir dos trabalhos iniciais da equipe, surgiu grande interesse tanto por agentes externos, quanto internos do grupo, de criar cursos de capacitação de lideranças comunitárias sobre a legislação urbanística, em parceria com o Mobiliza Curitiba, uma frente de mobilização e articulação da sociedade civil.

A partir disso, a equipe foi crescendo e se tornando mais multidisciplinar, com cerca de 15 integrantes no grupo de gestão, além dos voluntários que trabalham em projetos específicos, contando com arquitetos e urbanistas, engenheiros, advogado e publicitária. Embora com quantidade considerável de participantes, as decisões e atividades eram realizadas todas de forma horizontal, ou seja, sem hierarquização dentro do coletivo. Segundo a arquiteta e urbanista do Trena, todas as questões e soluções eram discutidas em reuniões feitas com os 15 participantes do grupo expondo suas ideias e opiniões, o que nem sempre resultava em reuniões produtivas.

Assim, com a experiência da Associação de Catadores e Catadoras de Material Reciclável Sociedade Barracão, as questões da organização do trabalho dentro da equipe e da assistência ofertada pelo Coletivo, passaram a requerer maior planejamento.

As decisões que antes eram tomadas totalmente de maneira horizontal, tiveram que ser repensadas a partir de certa hierarquia dentro do grupo, embora todos os integrantes do coletivo participassem delas. Ou seja, as tarefas passaram a ser designadas a profissionais específicos, desse modo, as reuniões eram pautadas de maneira objetiva apenas com os responsáveis por determinada área, com as decisões

---

[1] Entrevista concedida por URBANISTA, Arquiteta e. **Entrevista I**. [abr.2018]. Entrevistadora: Maria Eduarda Duda. Curitiba, 2018.

repassadas ao restante do grupo. A partir disso também, o grupo de profissionais oficializou a existência da organização sem fins lucrativos denominada Coletivo Trena, criando um estatuto, um CNPJ, entre outras burocracias.

Concluíram ainda que os integrantes deveriam ser divididos em diferentes grupos de atuação, com seus respectivos coordenadores. Assim, foram criados os setores de administração (envolvendo também as áreas de marketing e financeiro), projeto, pesquisa (referências externas) e formação (tanto da equipe interna como de pessoas externas). Esta reorganização do grupo foi feita de modo a atender às demandas e assim, permitir o voluntariado de mais pessoas dentro dos trabalhos do Coletivo.

A arquiteta e urbanista integrante do grupo e responsável pela coordenação administrativa do Trena, alega que o caso da Sociedade Barracão é o primeiro grande trabalho da equipe e o que mais trouxe visibilidade, justamente pelas grandes dificuldades a serem enfrentadas no projeto e pela experiência que proporcionou, guiando também para o reconhecimento de uma necessária reformulação da metodologia da equipe (FIGURA 9).

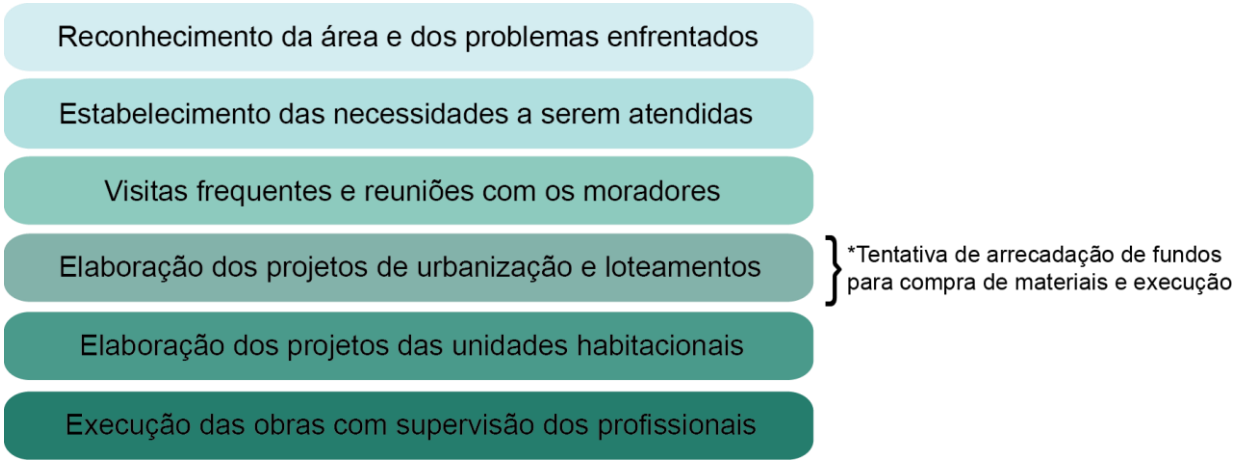


FIGURA 9 - ORGANOGRAMA DAS ETAPAS DE TRABALHO DO COLETIVO TRENA
FONTE: A autora (2018).

Segundo ela, surgiram problemas pela presença de machismo dentro da comunidade em relação à equipe do Coletivo Trena, que tem sua maioria formada por

profissionais mulheres. Outro problema enfrentado e de difícil solução, foi o da representação de projeto arquitetônico. Ou seja, os moradores não entendiam a linguagem utilizada pelos profissionais, e plantas, cortes e elevações não tinham valor didático, nem mesmo os projetos apresentados em imagens 3D, o que interferia na execução dos projetos feitos para autoconstrução.

Outra situação que gerou muita insatisfação por parte da equipe profissional foi o envolvimento na arrecadação de fundos para a implantação da reurbanização. A arquiteta e urbanista afirma que apenas a equipe se demonstrou interessada em arrecadar o dinheiro necessário, enquanto que a comunidade não buscou auxiliar na divulgação de tal ação. Para a arquiteta e urbanista entrevistada, isso demonstra também como a Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis Sociedade Barracão na verdade não tinha um senso de comunidade, de coletivo e de bem comum, pois tratando-se da elaboração e execução dos projetos individuais das moradias, o esforço e colaboração eram muito maiores do que na questão do projeto de execução da reurbanização do entorno.

Além do aspecto de entendimento de projeto, outro desafio foi o entendimento de legislação, em especial o Zoneamento, e também não se demonstrou efetiva. Recuos não foram respeitados por parte dos moradores na execução da autoconstrução, assim como a acessibilidade, mesmo com as advertências e explicações por parte dos engenheiros e arquitetos e urbanistas.

No entanto, a experiência de trabalho com a Sociedade Barracão também mostrou bons efeitos em outros aspectos. O acompanhamento quinzenal realizado pela equipe multidisciplinar gerou confiança por parte dos moradores, que criaram vínculos com os voluntários, intensificado por conta da frequência deles e do trabalho contínuo na comunidade.

Sendo assim, como parte do processo elaborado pelo Coletivo Trena e conforme alegou a arquiteta coordenadora administrativa, se faz necessária uma avaliação do caso da Sociedade Barracão. Embora cada caso tenha suas especificidades, a análise de cada um com a verificação de acertos e erros pode dar origem a uma metodologia que auxilie no tratamento de futuros trabalhos realizados pela equipe.

Também de acordo com a profissional, muitas decisões e ações relacionadas à Sociedade Barracão, poderiam ter sido diferentes e gerado outros resultados, até mesmo melhores com a experiência adquirida pela equipe. Porém, para serem resultados efetivamente melhores, as mudanças teriam que vir não somente dos profissionais que estavam prestando assistência técnica, como também de parte dos integrantes da sociedade. Na leitura dela, a prestação dos serviços de assistência técnica deve funcionar como uma via de mão dupla. Os profissionais devem proporcionar a maior participação e entendimento possíveis para a comunidade, esta, que também deve demonstrar interesse de maneira coletiva, pensar como um grupo e participar ativamente em prol do todo.

A partir da experiência com a Sociedade Barracão, de acordo com a arquiteta e urbanista integrante do Coletivo Trena, o objetivo do grupo nos próximos trabalhos é proporcionar assistência técnica a casos individuais e menores para, assim, aprimorar também a metodologia da equipe. Além disso, será preciso deixar claro os limites de atuação que o coletivo tem, e definir o que estará ao alcance dos profissionais no tratamento de situações que dificilmente terão recursos do Poder Público.

Assim, é possível inferir que a questão da assistência técnica gratuita ainda está em andamento no sentido de formação metodológica e que as dificuldades enfrentadas são várias. A falta de recursos é apenas um dos desafios e a experiência retratada pelo Coletivo Trena é um bom exemplo disso. Também se faz necessário considerar que cada caso tratado terá suas especificidades, que devem ser levadas em conta no plano metodológico do grupo para trabalhos posteriores.

4 ESTUDO DE CASOS CORRELATOS

O estudo de experiências nacionais a respeito de autogestão e assessoria técnica para autoconstrução se faz necessário para o entendimento do processo de trabalho, das metodologias adotadas pelos profissionais envolvidos e, também, para a compreensão das dificuldades enfrentadas. Os casos correlatos abordados neste capítulo trazem trabalhos da região Sudeste do país, o primeiro envolvendo um caso de assistência técnica para autoconstrução de maneira autogerida, na capital paulista, no qual as políticas locais foram muito importantes no processo e nas dificuldades enfrentadas (Associação Mutirão Paulo Freire). O segundo estudo é o projeto de Requalificação de Cortiço no centro de São Paulo, elaborado por um projeto de extensão de Universidades, reunindo trabalho de profissionais que eram professores e seus alunos de diversas áreas. O terceiro estudo é o Capelinha e Cocaia, um projeto de urbanização em área de proteção ambiental, num assentamento com muitas precariedades, marcado pela influência de vários fatores e que caracterizou-se por decisões que procuraram levar em conta o mais adequado e seguro para os moradores.

4.1 ASSOCIAÇÃO DE CONSTRUÇÃO COMUNITÁRIA PAULO FREIRE

Local: Bairro Cidade Tiradentes, São Paulo (SP)
Projeto: Produção de habitações em sistema de mutirão
Objetivo do projeto: Solucionar o problema de falta de moradia a partir de mutirão com autogestão
Autoria: Usina CTAH
Ano: 2010
Nº famílias atendidas: 100
Movimentos Sociais: Movimento Sem Terra Leste 1 e União dos Movimentos de Moradia (UMM)

Recursos: Prefeitura Municipal de São Paulo, através do Programa de Mutirões Autogeridos da COHAB

Tone et al. (s.d.) explicam que a cidade de São Paulo sofreu com um período de governo que acabou com a política de mutirões autogeridos durante a década de 1990. Assim, no início do século XXI, a heterogeneidade da capital paulista era muito evidenciada por um cenário de extremas riqueza e pobreza. A pobreza era representada pelos barracos das favelas paulistanas e a imensidão de casas autoconstruídas nas encostas, beiras de córrego e margens de represas de abastecimento de água. Desse modo o que para muitos se tratava de uma precariedade passageira ou uma alternativa de moradia, acabou se tornando a realidade de vida da maioria da população.

Como forma de tentar combater essa situação reivindicando a construção e finalização de obras para diminuição do déficit habitacional, o movimento de luta por moradia na cidade constituiu o “Fórum dos Mutirões”, reunindo mais de 50 associações, mas que não obtiveram sucesso em seus propósitos, apenas uma resposta conservadora, que não resolveria o problema habitacional em São Paulo.

> A resposta conservadora foi um programa habitacional definido em conjunto com construtoras associadas ao financiamento de campanhas e uma equipe de marketing que desenhou os edifícios, definiu onde implantá-los e batizou o programa com o nome Cingapura. Tratava-se de uma política de construção de conjuntos habitacionais em avenidas de grande fluxo, encobrindo as favelas existentes com edifícios do tipo parede/outdoor. Arquitetura de má qualidade, com toques de fachada marketeira, apartamentos mínimos e recursos destinados a empreiteiras amigas. (TONE et al., s.d., não paginado).

Foi nesse contexto de tentativa de combater o déficit habitacional através de alternativas populares que iam contra esse modelo de produção pelo mercado, que no ano de 1999 foi fundada a Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, em homenagem ao grande educador popular. Segundo Tone et al. (s.d.), a Associação nasceu num momento de embate entre forças conservadoras e neoliberais de um lado e, de outro, movimentos sociais em crescente organização e combatividade, movimento estudantil renovado e o PT com novas vitórias eleitorais a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

Os autores ainda afirmam que a Associação de Construção Comunitária Paulo Freire foi herdeira do momento de ascensão de massas, sendo o primeiro grupo do movimento popular a assinar contrato para uma obra de 100 apartamentos a serem projetados e construídos através de autogestão desde o final da gestão da prefeita Luiza Erundina, em 1992. Caracterizada por ser uma organização de pessoas que buscavam construir suas próprias casas por ação direta, este grupo reunia famílias de 14 grupos de origem, organizados em diversos bairros da Zona Leste de São Paulo. Faziam parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 (MST Leste 1) – vinculado à União dos Movimentos de Moradia (UMM).

> A Associação Paulo Freire em 1999 foi fundada em São Paulo, composta por 100 famílias oriundas de 14 grupos de origem do Movimento Sem Terra Leste 1, filiado à União Nacional de Movimentos de Moradia. Os grupos de origem são a porta de entrada no movimento de moradia e seus núcleos de base. Eles estão organizados em diversos bairros da cidade e se agrupam regionalmente em função do movimento do qual participam. Tais grupos, coordenados por lideranças populares, muitas vezes amparados por Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais da Igreja Católica, fazem suas reuniões em paróquias e salões comunitários. (TONE et al., s.d., não paginado).

De acordo com os autores, as famílias entraram nesses grupos convidadas por amigos, parentes, vizinhos e a igreja que frequentavam, em busca da casa própria e digna. Em geral, a renda média das famílias era inferior a dois mil reais, por isso aguardavam há anos na fila da COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação da Prefeitura de São Paulo) e da CDHU (Companhia de Desenvolvimentos Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) à espera da casa própria. Além disso, muitas dessas famílias viviam em situação crítica de moradia, seja por risco de despejo, por não conseguirem pagar aluguel ou por estarem em situação de sobrelotação habitacional em cortiços, favelas etc.

Conforme afirmam Tone et al. (s.d., não p.):

> [...] nas primeiras reuniões no grupo de origem, o movimento de moradia é apresentado como alternativa popular às vias oficiais do governo e ao mercado formal, que não atende as faixas de renda mais baixas. (TONE et al., s.d., não p.).

Por isso a iniciativa desses grupos em formar mutirões autogeridos a fim de, por meio de autoconstrução, produzir suas próprias habitações, mesmo sabendo da demora para sua produção.

Depois de manifestações e negociações com a Prefeitura de São Paulo, em 1999 o grupo de movimentos sociais que lutava em prol da moradia, conseguiu um lote para produzir habitações em regime de mutirão (FIGURA 10). Baratto (2015), afirma que o terreno inicialmente destinado pelo governo à Associação de Construção Comunitária Paulo Freire integrava o Conjunto Inácio Monteiro, no bairro de Cidade Tiradentes (Zona Leste de São Paulo). Tratava-se de um terreno pequeno e íngreme, em local periférico na cidade. Além disso, o conjunto Inácio Monteiro havia sido planejado para comportar aproximadamente duas mil unidades habitacionais e era destinado ao reassentamento de populações removidas por obras públicas, se tratando de edifícios de baixo padrão, executados por grandes empreiteiras, como ocorria na época do BNH. Também havia espaço destinado ao loteamento para a construção de unidades isoladas, ambos caracterizados pela baixa qualidade arquitetônica e pela pobreza em urbanidade.

FIGURA 10 - MANIFESTAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO PAULO FREIRE
FONTE: Archdaily (2018).

De acordo com Tone et al. (s.d.) a Associação Paulo Freire, sob a orientação do Movimento Leste 1, buscou uma equipe de assessoria técnica e escolheu a Usina CTAH como parceira. Os autores explicam que essa assessoria técnica trata de grupos interdisciplinares de profissionais, com a predominância de arquitetos e urbanistas, além de engenheiros e técnicos sociais, atuando conjuntamente com os movimentos de luta por moradia desde a década de 1970, cujo intuito é planejar, desenvolver projetos e auxiliar na construção de moradias. Em 1989 esses grupos de profissionais foram integrados à política pública de habitação, sob a forma de ONG's.

A partir da escolha da equipe de profissionais, muitas dificuldades ainda ocorreram, havendo reuniões com a Prefeitura de São Paulo e negociações. No ano de 2000, sem terem obtido nenhum sucesso até então, a Associação decidiu por ocupar um terreno como forma de garantir sua posse para a execução de um projeto totalmente novo e a compra de materiais. Assim, foram iniciadas as construções de um barracão de madeira, uma casa para caseiro e um salão para reuniões neste terreno, sendo a primeira experiência de trabalho coletivo e de ajuda mútua vivenciadas pelo mutirão de moradores, com o acompanhamento da Usina.

Segundo Tone et al. (s.d.), em 2001 foram iniciadas as discussões a respeito do projeto (FIGURA 11), estabelecendo uma relação direta entre profissionais e participantes do mutirão através de uma metodologia própria do coletivo Usina, que contou com quatro etapas de discussão: (i) a primeira consistiu na estimulação das "memórias do morar", onde as famílias eram instigadas a lembrar das casas onde já moraram; (ii) a segunda procurou estabelecer relação entre usos e espaços das casas, prevendo o tamanho que cada cômodo deveria ter; (iii) a terceira parte contou com plantas em escala 1:10 nas quais as famílias posicionavam mobiliários da maneira que julgavam ser a mais adequada; (iv) a quarta parte tratou da forma dos edifícios, espaços coletivos, centro comunitário e praças utilizando uma maquete física elaborada pela Usina.

A quarta etapa foi crucial para o desenvolvimento do projeto, determinou qual seria a melhor implantação das torres habitacionais para as 100 unidades de apartamentos, assim como a escolha do sistema construtivo mais adequado ao orçamento e tempo de obra disponíveis. Tone et al. (s.d.) explicam que o sistema

construtivo escolhido em conjunto com os moradores para o projeto do Mutirão Paulo Freire foi o de estrutura metálica independente da vedação, viabilizando plantas maiores que o padrão e garantindo a criação de espaços de uso coletivo, além da orientação solar adequada.

FIGURA 11 - DISCUSSÕES A RESPEITO DO PROJETO
FONTE: Archdaily (2018).

Conforme afirma Baratto (2015), além de todas essas vantagens, o sistema construtivo em estrutura metálica também permitiria a diminuição e a otimização do trabalho dos mutirantes, facilitando a execução das etapas posteriores. Tone et al. (s.d.) explicam que a partir da consolidação do roteiro e do projeto, contando com a participação efetiva dos representantes de todas as famílias associadas, fez-se necessário o processo de discussão do Regulamento de Obras, iniciado em janeiro de 2002. Esse Regulamento foi elaborado com o intuito de decidir como fazer a obra, prevendo possíveis situações e suas soluções, tudo decidido coletivamente. Ao fim dessas discussões, o produto derivado de uma assembleia geral foi uma cartilha preparada pela equipe da Usina, que posteriormente serviu como subsídio para a elaboração de regulamentos de obra por outros projetos de mutirão.

Conforme Tone et al. (s.d.) o processo antes do início da obra contou também com várias reuniões envolvendo a coordenação, a assessoria e a COHAB de São Paulo, que liberaria os recursos. Houve discussões técnicas, com exigências para aprovação do projeto, que tinha previsão para início das obras no ano de 2003. Além disso, os mutirantes foram divididos em grupos de trabalhos específicos e funções complementares à obra, como cuidar da creche, da cozinha comunitária ou da limpeza. Para isso, foram realizadas atividades de formação e preparação para os trabalhos, além de uma primeira experiência de primeira construção coletiva do Centro Comunitário da Paulo Freire, como um ensaio do que os mutirantes viriam a enfrentar nos anos seguintes para a construção das habitações.

A preocupação com a questão social também esteve presente no trabalho da Usina junto à Associação Paulo Freire, e realizou-se por meio de um diagnóstico das famílias participantes, junto com o diagnóstico da região do Conjunto Inácio Monteiro com o Projeto Bairro Legal Cidade Tiradentes, desenvolvido para a Prefeitura de São Paulo.

> O Plano de Trabalho Social previa dois eixos fundamentais e complementares de atuação: acompanhamento da obra e atividades temáticas de formação, programadas a partir de quatro temas geradores - Identidade Social, Família, Cultura e Vida urbana, que seriam desenvolvidos mensalmente, de acordo com o ritmo das obras. (TONE et al., s.d., não paginado).

De acordo com Tone et al. (s.d.), no dia 1º de setembro do ano de 2003 foi oficialmente iniciada a construção do Mutirão Paulo Freire. Ao longo dos meses seguintes muitos ajustes e aperfeiçoamentos foram feitos a partir da experiência vivenciada. Atividades de preparação para prevenção de acidentes e primeiros socorros, além do acompanhamento diário pela apontadoria e os representantes de cada grupo de trabalho foram feitos de forma a cuidar de questões de segurança e da divisão do trabalho.

> Com o aumento do ritmo e complexificação dos trabalhos, o revezamento dos grupos de cores foi suspenso, dando lugar a células menores, os grupos de tarefas. Para debater e encaminhar a reorganização do trabalho em canteiro, os mutirantes levantaram critérios para a formação de grupos equilibrados: garantir a presença de homens e mulheres, distribuir os mais novos e mais velhos, não ter mais de uma pessoa com limitações físicas, não ter mais de

> um representante da coordenação, não ter mais de uma pessoa de segurança e primeiros socorros, levar em conta quem iria trabalhar mais frequentemente pela família, ter no máximo seis pessoas. Cada grupo, formado por afinidade (respeitados os critérios). (TONE et al., s.d., não paginado).

Além disso, com o decorrer da obra, o rodízio das tarefas foi se organizando a partir da apreensão e potencialização das habilidades de cada um na execução dos mais variados trabalhos. As mulheres, como afirmam os autores, tiveram papel fundamental nas mais diversas tarefas, cuidando tanto da administração, como da cozinha, da creche, mas também trabalhando diretamente na obra e assumindo lideranças.

Tone et al. (s.d.) explicam também que a obra passou por dificuldades ao longo de sua execução por conta das mudanças de governo da Prefeitura de São Paulo. Até dezembro de 2004, a liberação de recursos não havia sido completa, prejudicando a implantação da estrutura metálica, além de haver interrupção da obra, gerar dívidas com fornecedores, multas e protestos. Os anos que se sucederam foram marcados pelo encerramento da política de habitação por autogestão e pela baixa atividade dos movimentos sociais pró-moradia. Com isso, as obras do canteiro ficaram paradas por 10 meses, sofrendo furtos e degradação.

Em outubro de 2005 o mutirão finalmente recebeu os recursos que possibilitaram a continuidade da obra. Assim, a estrutura metálica foi finalizada em 2006 (FIGURA 12) e foram contratados trabalhadores assalariados para a prestação de serviços a partir de uma proto-cooperativa, com mutirantes auto-organizados. Os anos seguintes também foram marcados pela dificuldade em receberem as parcelas de recursos e aditivos por conta dos atrasos, embora o Mutirão e a Usina detalhassem todos os gastos, a COHAB tinha resistência no repasse. Além disso, a partir de 2009, os recursos para o trabalho social foram suspensos.

FIGURA 12 - ESTRUTURA METÁLICA
FONTE: Archdaily (2018).

Segundo Tone et al. (s.d.), entre 2009 e 2010, por conta da extensão do tempo de obra, muitas famílias procuraram a Associação com a proposta de mudança para os apartamentos em caráter emergencial, já que a situação econômica de muitas delas havia se tornado insustentável. Assim, mesmo sem a obra estar totalmente finalizada, as famílias começaram a ocupar seus apartamentos de modo organizado e coletivo (FIGURAS 13 e 14). A partir do distanciamento político e da administração municipal, foi feita uma auto inauguração organizada pela Associação, Movimento e Usina com uma grande festa para a comunidade. Este Mutirão que foi um campo de aprendizado tanto para os mutirantes quanto para a organização Usina CTAH, assim como o projeto evidenciou que técnica e política são pares indissociáveis na escolha das possibilidades colocadas em discussão.

FIGURA 13 - VISTA DOS APARTAMENTOS MUTIRÃO PAULO FREIRE
FONTE: Archdaily (2018).

FIGURA 14 - VISTA DOS APARTAMENTOS MUTIRÃO PAULO FREIRE
FONTE: Archdaily (2018).

4.1.1 A Usina CTAH

É uma organização que atua no campo de assessoria técnica desde 1990, contando com diversos profissionais. O grupo trata da articulação de processos que envolvem planejamento, projetos e construção feitos em conjunto com os próprios mutirantes e trabalhadores, em prol das reformas urbana e agrária. Ao longo de sua história a Usina já participou da concepção e implantação de mais de 5.000 unidades habitacionais e equipamentos urbanos nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Além disso, também teve atuação no desenvolvimento de planos urbanísticos, projetos de urbanização de favelas e auxílio na formação e organização de cooperativas de trabalho. Tudo isso foi documentado e alguns casos, como da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, geraram vídeos e documentários que trazem a vivência dos profissionais e os relatos dos mutirantes.

4.2 REQUALIFICAÇÃO DE CORTIÇO, O PROJETO DA RUA DO OUVIDOR

Local: Centro, São Paulo (SP)
Projeto: Requalificação de cortiço
Objetivo do projeto: Elaborar projeto de requalificação de edifício abandonado ocupado por famílias de modo a garantir qualidade de vida e de moradia
Autoria: Laboratório de Projeto Integrado e Participativo para Requalificação de Cortiço
Ano: 1999-2002
Nº famílias atendidas: 83
Movimentos Sociais: Movimento de Moradias do Centro (MMC)
Recursos: Programa de Atuação em Cortiços - PAC

O exemplo da Requalificação de Cortiço, projeto da Rua do Ouvidor no centro de São Paulo contou com o trabalho de estudantes das áreas de arquitetura, engenharia, sociologia, direito, psicologia e terapia ocupacional, junto de professores de universidades de São Paulo, todos participantes do Laboratório de Projeto

Integrado e Participativo para Requalificação de Cortiço. Além disso, as 83 famílias carentes, filiadas ao Movimento de Moradias do Centro (MMC), que ocupavam o edifício pertencente à União desde 1997, vago há sete anos, também participaram (FIGURA 15).

De acordo com Sampaio (2002), o trabalho do Laboratório, que teve início em 1999, passou por processos de conhecimento da realidade em relação ao prédio da década de 1940, que tem 13 andares e 3.412 m², e as famílias moradoras do local. Todas as etapas da intervenção foram resultado de um consenso entre os profissionais e a população, visando a troca de conhecimento e a habilitação dos moradores à autogestão. A partir desse projeto, o Laboratório pretendia elaborar um projeto-piloto para ser aplicado em outras situações semelhantes.

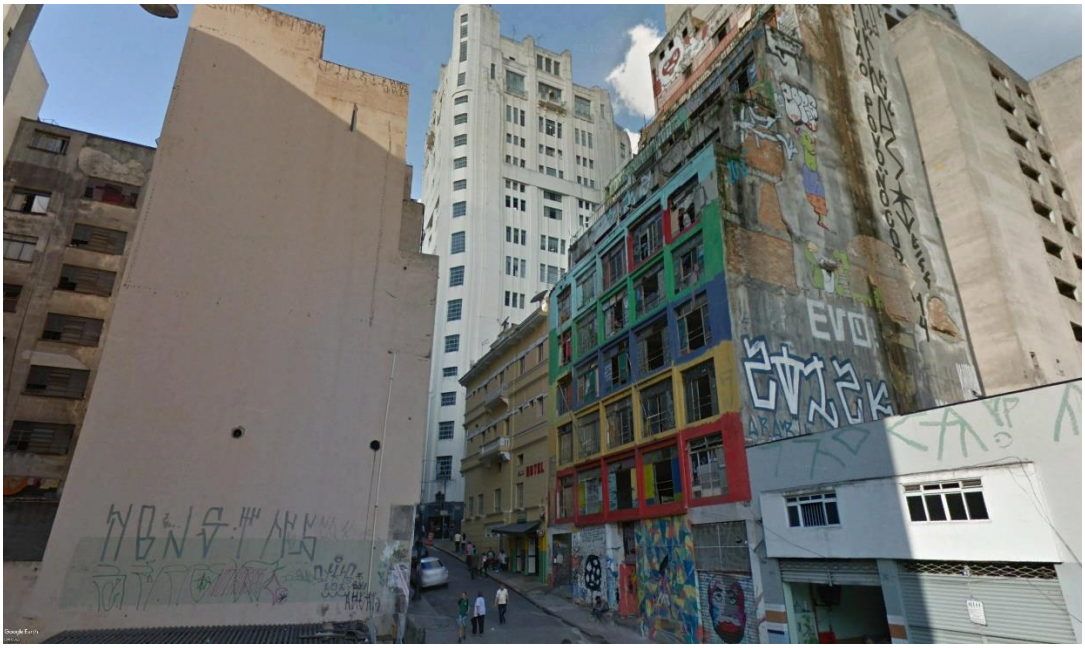


FIGURA 15 – CORTIÇO DA RUA DO OUVIDOR, 63 NO CENTRO DE SÃO PAULO
FONTE: Google Street View (2018).

Segundo Santos et al. (2002), o processo metodológico contou com ações estratégicas que possibilitaram o processo de transformação social e melhoria habitacional, suprindo as necessidades da população. Cada uma dessas ações foi resultado do trabalho coordenado por determinada equipe dentro do Laboratório, que

foram divididas de acordo com a área de experiência dos participantes (Arquitetura, Engenharia, Sociologia, Financeira e Jurídico-Legal).

Ainda de acordo com os autores, o trabalho todo contou com duas fases. A primeira fase se caracterizou pela Análise do Contexto: conhecimento da realidade (necessidades e interesses da população); análise da área de estudo (verificação da potencialidade habitacional e da tipologia); análise específica do prédio que servia como cortiço (dinâmicas e atividades socioeconômicas da população). O quadro representativo dessa Análise do Contexto, tendo resultados confrontados com a população moradora para garantir a consistência do que foi levantado, permitiu definir diretrizes de projeto e o projeto em si.

A segunda fase correspondeu à Readequação Final, na qual por meio de assembleias com a população, as propostas preliminares das equipes provenientes das análises, puderam ser confrontadas e questionadas. Dessa forma, essa fase permitiu potencializar os moradores para a autogestão, uma vez que buscou a participação deles desde a elaboração do projeto, garantida até sua concretização (FIGURAS 16 E 17).

FIGURA 16 – REUNIÃO COM OS MORADORES
FONTE: Santos et al. (2002).

FIGURA 17 – DINÂMICA COM AS CRIANÇAS
FONTE: Santos et al. (2002).

A partir disso, segundo Santos et al. (2002, p.43), as propostas geradas tiveram por objetivo a integração social dos moradores e a melhoria das condições de habitabilidade. O projeto de intervenção física no prédio surgiu e foi efetuado a partir da articulação das equipes responsáveis, com a participação democrática de profissionais, estudantes e moradores. Também, durante todo o processo foram realizadas atividades dinâmicas com as crianças, adolescentes e adultos moradores do cortiço.

A partir das experiências diretas com os moradores, de acordo com Santos et al. (2002, p. 136), também foram incorporadas novas diretrizes:

1. Articulação com o projeto social.
2. Garantia das condições mínimas de salubridade, segurança e habitabilidade.
3. Manutenção das características básicas do edifício.
4. Uso do conceito de acessibilidade universal no projeto arquitetônico.
5. Garantia de privacidade nas unidades de apartamentos.
6. Consideração do diagnóstico socioeconômico das famílias na concepção de espaços.

7. Diferentes tipologias de apartamentos, levando-se em conta os diferentes tamanhos de famílias.
8. Adequação do projeto em função das características de cada pavimento.
9. Adequação das condições de iluminação e ventilação nos apartamentos.
10. Habitação digna.

Em seguida, de acordo com os autores, surgiram os trâmites jurídico-financeiros, de repasse do imóvel aos moradores e linhas de financiamento que atenderiam a obra a partir do levantamento de custos. Foi concluído que a viabilidade de recursos seria possível a partir do programa proposto pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) denominado Programa de Atuação em Cortiços - PAC, com as características da linha de financiamento do Programa Mutirão Paulista - Autogestão - PMP-A. Desse modo, o procedimento realizado foi a transferência do imóvel pertencente ao Estado de São Paulo para a CDHU e o financiamento das unidades habitacionais para as famílias, estas que se organizaram em uma Associação Comunitária de Construção por Mutirão, contando com assessoria técnica dos profissionais do Laboratório.

Levando em conta que essa intervenção como um todo tinha muitos problemas a serem resolvidos e questões a serem consideradas, o resultado final seria obtido a longo prazo. No entanto, segundo os autores, foram definidas ações imediatas, a fim de eliminar problemas mais urgentes e diminuir os riscos. Ao final de todo o processo, a experiência do Laboratório neste trabalho seria avaliada a fim de constituir uma metodologia de intervenção flexível para ser aplicada em outros casos (FIGURAS 18 E 19).

FIGURA 18 – METODOLOGIA INTERVENÇÃO
FONTE: Santos et al. (2002).

FIGURA 19 – ESQUEMA DO PRODUTO DA INTERVENÇÃO
FONTE: Adaptado de Santos et al. (2002).

4.2.1 O Laboratório de Projeto Integrado e Participativo para Requalificação de Cortiço

Este Laboratório caracterizou-se por um projeto de extensão que reuniu estudantes de arquitetura e urbanismo, engenharia, sociologia, direito, psicologia, terapia ocupacional e os respectivos professores de cada área docentes da Universidade de São Paulo, da Pontifícia Universidade Católica, Universidade São Francisco e Universidade de Taubaté. O objetivo da criação do Laboratório era elaborar uma proposta de intervenção no Cortiço da Rua do Ouvidor, baseada em experiências trazidas por estudos em intercâmbios e exemplos internacionais, de modo a alcançar resultados concretos a partir de um projeto interdisciplinar e integrado. Desse modo, o trabalho voluntário e coletivo que contou com cerca de 130 pessoas, definiu etapas e desenvolveu uma metodologia de intervenção a partir da articulação de professores e alunos, pesquisadores e profissionais de assessorias técnicas, com a participação primordial dos moradores do cortiço.

4.3 CAPELINHA E COCAIA

Local: Riacho Grande, São Bernardo do Campo (SP)
Projeto: Urbanização de favelas
Objetivo do projeto: Regularização de área frágil, melhoria de habitações existentes e construção de novas habitações de interesse social
Autoria: Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais
Ano: 2011-2015
Nº famílias atendidas: 900
Movimentos Sociais: Sem informação
Recursos: PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e Prefeitura de São Bernardo do Campo

De acordo com Hodapp et al. (2014), no início da década de 1980 teve início a ocupação irregular predominantemente residencial numa área de preservação ambiental particular de 154.600 m² em Riacho Grande, distrito do município de São

Bernardo do Campo. O assentamento denominado Capelinha situou-se dentro na Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Bacia Billings (APRM-B) e se caracterizou pela grande precariedade em infraestrutura (FIGURA 20). As 826 famílias de baixa renda que lá residem, conviviam com uma realidade na qual o sistema viário era precário, não havia rede de abastecimento de água, de coleta de esgoto ou de drenagem. Frente a isso, o abastecimento de água era feito por caminhões pipa e poços artesianos, e os resíduos das construções eram lançados em um córrego da região, Área de Preservação Permanente.

Ainda segundo Hodapp et al. (2014), o assentamento Cocaia constituía um pequeno loteamento irregular e precário, também cercado por áreas de preservação ambiental, localizado em uma distância de 2 quilômetros do núcleo Capelinha, onde moram 74 famílias.

FIGURA 20 - ASSENTAMENTO CAPELINHA
FONTE: Peabiru TCA (2018).

No ano de 2011 iniciaram-se os trabalhos da ONG de Assessoria Técnica Peabiru para elaboração do projeto de urbanização integrada dos assentamentos precários Capelinha e Cocaia. Esses trabalhos surgiram a partir do comprometimento da Prefeitura de São Bernardo do Campo em regularizar a área, com recuperação ambiental e implantação de saneamento básico, após o Ministério Público entrar com uma ação para remoção total dos núcleos.

Segundo Amore et al. (2014):

> [...] a Peabiru foi responsável por realizar na íntegra toda etapa de levantamentos, da selagem dos imóveis ao cadastro socioeconômico, levantamento de dados, elaboração de projetos e planos, além de todo processo de aprovações a fim de contratar as obras por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). (AMORE et al., 2014, p.14).

Os trabalhos da Peabiru foram feitos por profissionais multidisciplinares das áreas da arquitetura e urbanismo, engenharia, sociologia e geografia, contando também com estagiários. A etapa inicial, como já citado, contou com um levantamento de dados das condições socioeconômicas, demográficos e de nível de precariedade dos assentamentos e das casas, tornando possível uma melhor análise da realidade da área mais apropriada. Além disso, esse diagnóstico integrado inicial retratou a visão dos moradores em relação aos problemas enfrentados, a insatisfação com a falta de estrutura, principalmente relacionada à falta de segurança.

De acordo com Amore et al. (2014), foi desenvolvida uma base georreferenciada da área, vinculada à tabelas com informações levantadas e mapas. A partir disso e do reconhecimento das particularidades, foi possível propor as intervenções que seriam necessárias. O autor explica também que a lei, os riscos corridos pelos moradores e os interesses comuns entre eles são os fatores que têm mais peso nas decisões, no entanto, só a partir do momento que cada casa e cada família foram reconhecidas individualmente, é que foram definidos os partidos de projeto.

Como é explicado por Hodapp et al. (2014):

> A proposta de intervenção é resultado da sobreposição da análise da localização dos domicílios - áreas de risco e áreas de preservação

> permanente - e da análise das condições de habitabilidade das edificações existentes. A partir disso, foram definidas novas vias de circulação de veículo e pedestres para permitir melhor acessibilidade, a interligação das redes de água e esgoto às unidades dos miolos de quadra, criar uma barreira física entre os lotes e as APPs e subdividir as extensas quadras existentes. A partir das condições de habitabilidade foram definidas áreas de remoção para produção de novas habitações a fim de viabilizar o reassentamento das famílias removidas de outras partes da gleba dentro da própria área. Tanto as áreas de implantação de novo sistema viário quanto as áreas de produção de novas edificações foram localizadas de modo a remover o menor número de moradias e coincidir com locais com concentração de moradias precárias. O objetivo foi fragmentar os grandes quarteirões, aproveitando os miolos de quadra para abertura de novas vias de acesso e para novos bolsões de provisão habitacional. (HODAPP et al., 2014, não paginado.).

Assim, foram definidas as edificações que seriam removidas por questões de habitabilidade, ou por estarem situadas em locais de APP, de áreas de risco, até mesmo por conta da implantação da nova infraestrutura ou produção de novas unidades habitacionais (FIGURAS 21 e 22).

FIGURA 21 - PLANTA DE REMOÇÕES CAPELINHA
FONTE: Peabiru TCA (2018).

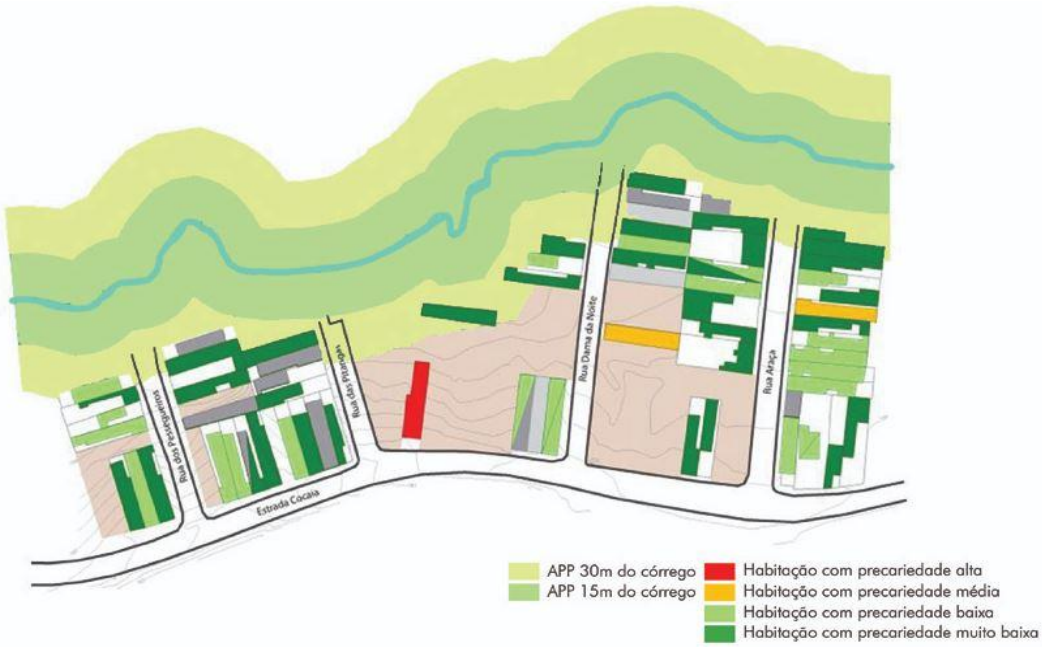


FIGURA 22 - PLANTA DE DIAGNÓSTICO COCAIA
FONTE: Peabiru TCA (2018).

De acordo com Amore et al. (2014), o reconhecimento das particularidades da área e da individualidade de cada família junto de sua casa pelos componentes da equipe da Peabiru, refletiram-se nos partidos de projeto. O compartilhamento das informações a respeito da leitura da realidade e do projeto com os moradores, através de oficinas, assembleias ou plantões de dúvidas, foi fundamental para o entendimento do que seria feito (FIGURA 23).

A partir desse processo foram desenvolvidos os projetos completos de urbanização e infraestrutura, com a estruturação do sistema viário, melhorando e ampliando as vias existentes, criando novas vias de circulação de veículos e pedestres, e permitindo melhor acessibilidade. Além disso, houve a previsão de implantação de um parque linear ocupando as margens dos córregos recuperados com áreas de lazer, a interligação das redes de água e esgoto às unidades dos miolos de quadra, criação de uma barreira física entre os lotes e as APPs e a subdivisão das extensas quadras existentes.

FIGURA 23 - REUNIÃO COM MORADORES
FONTE: Peabiru TCA (2018).

A localização dessas áreas de infraestrutura nova foi prevista de maneira a remover o menor número de moradias possível e a construção de novas tipologias de moradia foi projetada para abrigar as famílias que precisariam ser removidas (FIGURA 24). Dentre as tipologias estavam unidades habitacionais térreas com variação de números de dormitórios e unidades habitacionais em edificações de até três andares conformando apartamentos. Já as unidades habitacionais consolidadas que não seriam removidas receberam kits de melhoria habitacional de acordo com os problemas físicos constatados no levantamento. Ademais, tiveram unidades habitacionais adaptadas destinadas a portadores de deficiências físicas.

Segundo Proieti (2013), a Prefeitura de São Bernardo assinou, em dezembro de 2013, a ordem de serviço para início da urbanização dos núcleos Capelinha e Cocaia com investimentos provenientes do PAC (Programa de Aceleração de Crescimento). Por ser tratar de uma área de manancial, os trabalhos no local só puderam ser liberados dois anos após os projetos por conta da aprovação das licenças ambientais por parte da Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo).

FIGURA 24 - PROJETO DE NOVAS HABITAÇÕES
FONTE: Peabiru TCA (2018).

No ano de 2015 foi necessária uma revisão do projeto por parte da Peabiru. O período antecedente às obras de urbanização da área do Capelinha possibilitou a melhoria de moradias consideradas precárias pelo levantamento feito anteriormente. As reformas feitas pelos próprios moradores alteraram o número de casas precárias a serem removidas, a partir disso foi feita uma nova avaliação pela Peabiru com a constatação que haveria uma diminuição das áreas destinadas à produção de espaço. Um novo projeto de implantação foi feito a partir disso, com alterações também nas tipologias de novas habitações, evitando geminações com edificações existentes e criando uma nova tipologia na qual seria possível maior adensamento e, em alguns casos haveria um pavimento de subsolo. Além disso, o projeto do sistema viário feito anteriormente também teve que ser alterado, já que parte dele deixou de ser necessária, possibilitando maior consolidação das habitações. Projetos de novos condomínios também foram alterados devido à mudança do número de remoções e manutenção de construções existentes, alguns deles deixaram de existir e outro tiveram alterações no perímetro e nas tipologias de habitações. Dessa forma, foram refeitos os projetos condominiais, de terraplanagem, contenções e paisagismo.

De acordo com Borba (2016), até abril de 2016 haviam sido implantadas 12 moradias (FIGURA 25) e a Prefeitura havia construído cerca de 200 metros de rede para a captação da água pluvial e do esgoto, além da instalação de guias, sarjetas e bocas de lobo. Também, 52 moradias no Núcleo Cocaia haviam sido entregues.

Após isso, segundo ABCD Maior (2018), as obras do projeto de urbanização integrada do Capelinha e Cocaia ficaram paradas durante mais de um ano, na mudança de prefeito. Até março de 2018, além do total de 64 moradias entregues, foram concluídas a instalação de redes de água e esgoto e realização da pavimentação de ruas. A partir disso, a previsão da Prefeitura de São Bernardo do Campo era que todo o processo seria concluído em 12 meses após a retomada das obras.

FIGURA 25 - HABITAÇÕES ENTREGUES
FONTE: Peabiru TCA (2018).

4.3.1 A Peabiru TCA

É uma ONG criada em 1993 que presta serviços de Assessoria Técnica, formada por um grupo de profissionais multidisciplinares das áreas de arquitetura e urbanismo, engenharia e sociais, com experiências em assessoria a movimentos sociais desde a década de 1980, com o programa de autogestão criado pela Prefeitura de São Paulo na época. Trata-se de uma Associação Sem Fins Lucrativos, que trabalha no auxílio para a conquista do direito à moradia digna e o direito à cidade. Por ser uma organização formada por profissionais multidisciplinares, busca incorporar frequentemente novos membros, e em 2011 passou a desenvolver seu próprio Planejamento Estratégico de maneira a deixar claras a missão e visão de futuro do grupo de trabalho. A atuação institucional da Peabiru é organizada em três

programas: produção de espaço, crítica e política. A primeira corresponde à atividades realizadas no caso Capelinha e Cocaia, e trata da elaboração de projetos, desenvolvimento de planos, estudos e obras urbanas e habitacionais. A segunda, corresponde à crítica em relação à reflexão sobre o campo de atuação, pesquisa e sistematização de trabalhos. Já a política está relacionada com a participação da equipe em Conselhos e outros espaços de controle social, a fim de terem incidência em políticas públicas no campo do urbanismo e da habitação social.

4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CASOS CORRELATOS

Os casos correlatos apresentados são importantes instrumentos de análise para a questão da participação popular na produção de espaço, principalmente nas áreas de regularização fundiária e construção de habitações de interesse social. Sendo de pequena, média ou grande escala, as intervenções, independente também de suas tipologias, significam importantes avanços na questão da garantia do direito à moradia e do direito à cidade, ambos previstos no Estatuto da Cidade.

Os casos correlatos da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, a Requalificação de Cortiço, assim como o Capelinha e Cocaia, têm como fator comum a luta pelo direito à moradia, apoiados por movimentos populares e profissionais por meio da assistência técnica. Como já foi abordado, embora cada um represente escalas diferentes e intervenções distintas, o objetivo principal de todos era o mesmo e foi garantido com o apoio de profissionais através de associações e ONG’s ou até mesmo por projetos de extensão em Universidades. Todos defenderam a participação popular no processo, mas cada um com sua metodologia. Dessa forma, é necessário retomar de maneira objetiva as etapas e diretrizes que cada caso utilizou.

O primeiro caso correlato foi o da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, trabalho feito com o apoio da Usina CTAH. O trabalho dessa organização se resumiu basicamente no planejamento, projeto e construção das unidades habitacionais em conjunto com os trabalhadores e futuros moradores. O primeiro passo adotado pela Usina foi estabelecer uma relação direta com o grupo de

moradores que realizaram a obra em forma de mutirão autogerido. A partir disso, como já foi citado, seguiram-se quatro etapas de discussão, remetendo ao conceito de casa que cada família possuía, suas necessidades e adequações, com a participação ativa dos moradores através de desenhos e maquetes. Somente então o partido de projeto foi tomado, definindo uma implantação e um sistema construtivo adequados. Após isso, foi elaborado um roteiro de projeto e as aprovações burocráticas feitas pelos profissionais e por representantes de todas as famílias associadas responsáveis.

Também foi necessário elaborar um Regulamento de Obras, o qual gerou uma cartilha, organizada a partir de assembleias, para a explicação de como prever determinadas situações durante a obra e como prosseguir caso ocorresse algum imprevisto. É importante destacar que o trabalho da Usina contou com uma preocupação a respeito das questões sociais envolvendo a comunidade da Associação Paulo Freire, por isso, foi realizado um diagnóstico das condições socioeconômicas das famílias. Além disso, a divisão de tarefas dentro do mutirão se deu através de grupos de trabalhos, direcionados de acordo com experiências e habilidades dos mutirantes, sempre levando em conta as questões de segurança do trabalho.

O segundo estudo de caso correlato, de Requalificação de Cortiço no centro de São Paulo, trouxe uma escala diferente de projeto que tratou de apenas uma edificação: o edifício abandonado e ocupado por 83 famílias. Além disso, a intervenção foi elaborada por um Laboratório de pesquisa de extensão dentro de Universidades, trazendo experiências internacionais como exemplos metodológicos. A equipe voluntária que elaborou o projeto, assim como no caso do Mutirão Paulo Freire, foi multidisciplinar, contando com alunos universitários, professores e pesquisadores que fizeram todo o levantamento do edifício e das famílias ocupantes.

Em conjunto com a população de moradores, foram realizadas atividades dinâmicas e trabalhos a fim de definir as prioridades a serem resolvidas em ações imediatas ou longo prazo. Questões de habitabilidade, segurança, viabilidade financeira e saneamento foram analisadas pelos profissionais e estudantes das áreas de arquitetura e urbanismo, engenharia, sociologia, direito, psicologia e terapia ocupacional que desenvolveram toda uma metodologia para este caso.

O terceiro caso correlato tratou da regularização dos assentamentos precários Capelinha e Cocaia, feito pela Peabiru TCA. A metodologia de projeto desenvolvida pelos profissionais e estagiários envolvidos consistiu primeiramente no levantamento da situação de cada uma das casas presentes na área, definindo quais estavam em situação de precariedade pela construção ou por estar em área de proteção ambiental. Também foi feito um levantamento das condições socioeconômicas de cada família. A partir disso, foram elaborados mapas georreferenciados e tabelas com esses dados, para a definição das casas que seriam removidas, reconstruídas ou mantidas.

O partido do projeto tinha como principal diretriz a remoção do menor número possível de casas, principalmente quando se tratava de unidades residenciais consolidadas. Além disso, todas essas decisões foram feitas em conjunto com os moradores, sendo assim, o projeto proposto e as mudanças que seriam realizadas levaram em conta as particularidades da área e a individualidade de cada família. As informações sobre o que estava sendo feito e o que seria feito em sequência, foram passadas através de oficinas, assembleias e plantões de dúvidas.

Contudo, é preciso destacar que todos esses casos passaram por muitos trâmites burocráticos, principalmente para a obtenção de recursos, além do atraso de obras por conta disso. Também, são poucos os Estados ou Municípios que possuem políticas de incentivos a iniciativas de Assessoria Técnica. Desse modo as iniciativas de ONG’s, associações, organizações autônomas e Universidades são possíveis somente se houverem recursos e apoio dos grupos sociais que buscam esses trabalhos.

Ademais, cada uma dessas organizações ou Universidades, citadas nos Estudos de Casos Correlatos, desenvolveram ao longo dos anos de trabalho e das diferentes experiências, suas metodologias que não necessariamente são imutáveis, uma vez que cada caso tem suas especificidades. A clareza de ideologia e das diretrizes que cada uma dessas entidades defende, buscando a participação popular em todo o processo ou, pelo menos, na maior parte dele, é de extrema importância para o objeto deste estudo.

5 DIRETRIZES DE PROJETO

O presente capítulo define, a partir do conceito de estudo já apresentado, dos casos correlatos e da análise da realidade, os objetivos e princípios projetuais que serão adotados posteriormente durante o desenvolvimento do Trabalho Final de Graduação.

O projeto tem o objetivo de desenvolver uma metodologia de aplicação da assistência técnica que vai usar como caso concreto a Sociedade Barracão, abordado no capítulo da Análise da Realidade (FIGURA 26).

Desse modo, torna-se importante ressaltar, que o objetivo do trabalho a ser desenvolvido não pretende fazer uma crítica às ações postas em prática pelo Coletivo Trena na assessoria dada à Sociedade Barracão, mas sim na proposição de uma metodologia de trabalho com base nas dificuldades por eles enfrentadas.

Os estudos de casos correlatos foram tomados como exemplos de metodologias já aplicadas com bons resultados, no campo de experiências de assistência técnica, embora tratem de escalas e tipologias diversas.

A definição das diretrizes se dá a partir dos princípios adotados para o projeto e das etapas de desenvolvimento do mesmo, estabelecendo um produto final a ser entregue.

FIGURA 26 - PERSPECTIVA DA SOCIEDADE BARRACÃO ENTRE AS RUAS O BRASIL PARA CRISTO E PROFESSOR JOSÉ MAURÍCIO HIGGINS
FONTE: Google Street View (2018).

5.1 PRINCÍPIOS DE PROJETO

O projeto consiste em garantir a prestação da Assistência Técnica gratuita para autoconstrução através da criação de ferramentas metodológicas que garantam esse apoio pelo arquiteto e urbanista. Além disso, contribuir para a qualidade dos espaços populares de moradia produzidos, de forma a garantir efetivamente o direito do acesso à moradia digna, refletindo também na qualidade de vida dos moradores.

A garantia da autonomia dos moradores autoconstrutores também é fundamental no processo do projeto, uma vez que trata-se da casa de cada um deles, cabendo ao arquiteto e urbanista o papel de auxiliá-los no projeto das necessidades específicas, dentro da realidade financeira das famílias.

5.2 ETAPAS DE PROJETO

- Resgatar na monografia e elaborar uma síntese dos problemas e potencialidades da experiência do Coletivo Trena na Sociedade Barracão.
- Resgatar e aprofundar questões referentes ao diagnóstico da Sociedade Barracão por meio da realização de visitas e conversas.
- A partir dos estudos de casos correlatos, se apropriar das metodologias e etapas para desenvolver uma sistematização do desenvolvimento de projeto de assistência técnica.
- Cruzar os problemas e potencialidades da experiência do Trena com a realidade da Sociedade Barracão e com as metodologias dos casos correlatos.
- A partir do cruzamento de dados, elaborar um plano metodológico para aplicação na Sociedade Barracão.
- Organizar a metodologia em duas escalas de projeto: a da habitação e a da urbanização.

O produto final, além das pranchas de desenvolvimento do projeto, corresponderá a um material gráfico acessível, estilo cartilha ou manual explicativo,

descrevendo as etapas e a metodologia aplicáveis na Assistência Técnica para autoconstrução. O material tem pretensão de ser facilitador na questão da informação a respeito do tema, indicador de planejamento e execução de obras com o caráter de autoconstrução.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de moradias populares por meio da autoconstrução é forma de produção de espaço mais comum na realidade brasileira. Essas moradias, construídas da melhor maneira possível dentro do orçamento das famílias, garantem abrigo, mas não necessariamente a moradia digna prevista legalmente, fazendo com que a precariedade seja a marca desses espaços, em grande parte das vezes informais e sujeitos a inúmeros riscos.

Além disso, as medidas tomadas pela política habitacional nacional no decorrer das últimas décadas não conseguiram avançar como preconizava a PNH, e priorizaram o combate ao déficit quantitativo por meio da aquisição de novas moradias construídas pelo mercado imobiliário, e não o combate ao déficit qualitativo, gerando muitos casos nos quais há a provisão de habitação, mas o direito à cidade continua inalcançado. Também, dentro da política habitacional, as ações de regularização fundiária e produção de lotes urbanizados, acabaram gerando habitações autoconstruídas sem o devido apoio de profissionais.

O Estatuto da Cidade, com aprovação em 2001, trouxe ferramentas importantes para viabilizar o direito ao acesso à moradia digna para todos, mas encontrou dificuldades de implementação ao longo dos anos, por depender de regulamentação em instância municipal. A Lei 11.888/2008, Lei da Assistência Técnica gratuita direcionada para famílias com renda de até três salários mínimos, surgiu com o intuito de auxiliar essa produção de espaço, que até então era informal por conta do difícil acesso aos serviços prestados por profissionais das áreas da arquitetura e urbanismo. Estas leis sem dúvida representam avanços relevantes na esfera da moradia popular brasileira, mas sem efeitos se não forem apoiados pelo Poder Público através da aplicação efetiva dos instrumentos e da garantia de viabilidade financeira das iniciativas de assistência técnica.

A Assistência Técnica para autoconstrução é um direito garantido por lei, no entanto sua aplicação é prejudicada por conta da falta de apoio político, financeiro e de profissionais habilitados para esta prática. As experiências com êxito nesta área no Brasil, conforme apresentado nos Casos Correlatos, contam com o trabalho de

profissionais experientes que construíram ao longo do tempo uma metodologia para sua aplicação. Além disso, aconteceram em municípios e estados nos quais as políticas de autogestão e autoconstrução por mutirão com assistência técnica são previstas nas políticas habitacionais, o que nunca ocorreu em Curitiba. Sendo assim, ainda há muito o que caminhar para a garantia da assistência técnica efetiva em todo o país, e em especial no município, justificando assim a metodologia de projeto de intervenção que se pretende construir a partir da experiência da Sociedade Barracão, que será objeto do Trabalho Final de Graduação no segundo semestre. Metodologia esta, que cabe ao arquiteto e urbanista desenvolver uma vez que ele é responsável pelo planejamento de projeto, e detentor do conhecimento necessário para tal atividade.

REFERÊNCIAS

ABCD MAIOR. **Após mais de um ano parada, urbanização do Cocaia e Capelinha será retomada pela Prefeitura,** Mar. 2018. disponível em:<http://abcdmaior.com.br/index.php/2018/03/09/apos-mais-de-um-ano-parada-urbanizacao-do-cocaia-e-capelinha-sera-retomada-pela-prefeitura/>. Acesso em: 25 mai. 2018.

ABRAMO, P. A cidade com-fusa: A Mão inoxidável do Mercado e a Produção da Estrutura Urbana nas Grandes Metrópoles Latino-Americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n.2, 2007. p. 25-54.

ALBUQUERQUE, A. F. de. **A questão habitacional em Curitiba**: o enigma da "cidade modelo". 140 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AMORE, C. S. "Minha Casa Minha Vida" para iniciantes. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha Casa...E a Cidade?** 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015. p. 11-27.

AMORE, C. S. et al. Precariedades habitacionais: um ensaio de qualificação e quantificação, uma metodologia de projeto para intervenção em favelas. In: I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 1., 2014, São Bernardo do Campo. **Anais…** São Bernardo do Campo: I URB Favelas, 2014. p.1 -16.

ANDRADE, L. da S. É possível transformar em cidade a anticidade? Crítica ao urbanismo de empreendimentos do PMCMV. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha Casa...E a Cidade?** 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015. p. 165-193.

ARRETCHE, M. **Intervenção do Estado e Setor Privado: o Modelo Brasileiro de Política Habitacional.** Espaço & Debates, São Paulo, v. X, n.31, p. 21-36, 1990.

ARQUITETA E URBANISTA. **Entrevista I.** [abr. 2018]. Entrevistadora: Maria Eduarda Duda. Curitiba, 2018.

BARATTO, R. **Archdaily:** USINA 25 anos - Mutirão Paulo Freire, 2015. Disponível em:<https://www.archdaily.com.br/br/767957/usina-25-anos-mutirao-paulo-freire>. Acesso em: 18 mai. 2018.

BASSUL, J. R. Estatuto da Cidade: a construção de uma lei. In: CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. (Orgs.). **O Estatuto da Cidade comentado.** 1 ed. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. p. 71-90.

BOLAFFI, G. **Habitação e urbanismo:** o problema e o falso problema. Comunicação apresentada para o Simpósio de Habitação da 27ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Salvador: S.N., p. 1-34, 1975.

BONDUKI, N. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 82, 01 maio 2009. Disponível em:<https://teoriaedebate.org.br/2009/05/01/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 09 maio 2018.

BORBA, M. Obras de urbanização do Núcleo Capelinha serão entregues em maio. **Prefeitura de São Bernardo do Campo, São Bernardo do Campo**, Abr. 2016. Disponível em:<http://www.saobernardo.sp.gov.br/home/-/asset_publisher/YVwaH6UqAMbt/content/obras-de-urbanizacao-do-nucleo-capelinha-serao-entregues-em-maio/maximized>. Acesso em: 25 mai. 2018.

CARDOSO, A. **Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas.** In: Cadernos Metrópole, 2007, p. 219-240.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In:_____(Org.). **Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.** 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2013. p. 17-65.

CARVALHO, A. W. B. de; PIMENTA, V. H. R.; RAMOS, R. N.; FARIA, R. S. A assistência técnica gratuita para o projeto de habitação de interesse social: uma experiência de aproximação entre pesquisa, ensino e extensão. In: PROJETAR, 6., 2013, Salvador. **Anais…** Viçosa: UFV, 2013. p. 4-8.

CURITIBA. Companhia de Habitação Popular de Curitiba; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente.** Curitiba, 2007. Disponível em: <http://www.concidades.pr.gov.br/arquivos/File/DOC_IPPUC_Habitacao_Regul_Fund_APP_Anexo_I_Sintese_do_Diagnostico.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2018.

DUDA, M. E. Produção da COHAB – CT entre 1986 e 2002. In: EVENTO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 24., 2016, Curitiba. **Anais…** Curitiba: UFPR, 2016. p.989. Disponível em: <http://www.siepe.ufpr.br/2016/download/24evinci/8SIEPE_Resumos_24_evinci.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2018.

FERNANDES, J. C. A favela que diz não à Cohab. **Gazeta do Povo**, Curitiba, Set. 2010. Disponível em: < http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-favela-que-diz-nao-a-cohab-2mgt3jurdtohrtswmgvl98aby>. Acesso em: 02 abr. 2018.

FERNANDES, S. Com Temer, “Minha Casa, Minha Vida” abandona famílias de renda mais baixa. **Rede Brasil Atual**, Ago. 2016. Disponível em:< http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/08/com-temer-minha-casa-minha-vida-se-voltou-as-familias-de-renda-mais-alta-7392.html>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre.** 1 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FERRO, S. Nota sobre a Usina. **Usina_CTAH**, Salvador, nov. 2004. Disponível em:<http://www.usina-ctah.org.br/notasobreausina.html>. Acesso em: 26 abr. 2018.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F.; CASARES, M. D. Curitiba/Brasil e San Miguel de Tucumán/Argentina: possibilidades e limites de pesquisa comparada. In: FIRKOWSKI, O. L. C. de F.; CASARES, M. D.; SILVA, M. N. da; CZYTAJLO, N. P.; VOLOCHKO, D. (Org.). **Estudos Urbanos comparados:** oportunidades e desafios da pesquisa na América Latina. 1 ed. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2016. p. 123-151.

HODAPP, A.; DRUMMOND, A.; PILOTTO, A.; BARRIO, M.; SOUZA, M. Capelinha/Cocaia. In: In: I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 1., 2014, São Bernardo do Campo. **Anais…** São Bernardo do Campo: I URB Favelas, 2014. p.1.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. **Manual para a implantação da assistência técnica pública e gratuita a famílias de baixa renda para projeto e construção de habitação de interesse social.** Editora: Tecnodata educacional, 2010.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Nosso Bairro**, 2015. Disponível em:< http://www.ippuc.org.br/nossobairro/anexos/01-Centro.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2018.

KOWARICK, L. Produção do espaço urbano e lutas sociais. In:_____. **Escritos Urbanos.** 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 19-41.

LAGO, L. C. do. A produção autogestionária do habitat popular e a requalificação da vida urbana. In: CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; JAENISCH, S. T. (Orgs.). **22 anos de política habitacional no Brasil:** da euforia à crise. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017. p. 133-154.

LAGO, L. C. do. Introdução. In:_____(Org.). **Autogestão habitacional no Brasil: entre utopias e contradições.** 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2012. p. 7-16.

MAGALHÃES, M. V.; MOURA, R.; CINTRA, A. P. de U. A transição demográfica na Região Metropolitana de Curitiba. In: FIRKOWSKI, O. L. C. De F.; MOURA, R. (Ed.).

Curitiba: Transformações na ordem urbana. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2014. p. 95-132.

MARICATO, E. O Estatuto da Cidade Periférica. In: CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. (Orgs.). **O Estatuto da Cidade comentado.** 1 ed. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. p. 5-22.

MARICATO, E. **Política urbana e de habitação social: um assunto pouco importante para o Governo FHC.** Revista Praga, São Paulo, v. 1, n. 6, 1998. p. 67-78.

MEDEIROS, S. R. Q. de. **BNH:** outras perspectivas. Disponível em:<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/BNH,%20outra%20perspectiva.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MINEIRO, E. H.; RODRIGUES, E. Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. In: LAGO, L. C. do. (Org.). **Autogestão habitacional no Brasil:** entre utopias e contradições. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2012. p. 19-48.

NASCIMENTO, D. M. A autoconstrução na produção do espaço urbano. In: MENDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. (Orgs.) **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro.** Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2011. p.1-13.

PEREIRA, G. **Produção da cidade e degradação do ambiente: a realidade da urbanização desigual.** 229 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

PROIETI, C. Urbanização de Cocaia e Capelinha é iniciada. **Diário do Grande ABC,** Dez. 2013. Disponível em:<http://www.dgabc.com.br/Noticia/499211/urbanizacao-dos-nucleos-cocaia-e-capelinha-e-iniciada-em-s-bernardo>. Acesso em: 25 mai. 2018.

RIZEK, C. S. et al. Viver na cidade, esperar cidade, fazer cidade. Inserções urbanas e o PMCMV - Entidades: incursões etnográficas. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha Casa...E a Cidade?** 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015. p. 289-323.

RODRIGUES, E.; BARBOSA, B. R. Movimentos populares e o Estatuto da Cidade. In: CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. (Orgs.). **O Estatuto da Cidade comentado.** 1 ed. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. p. 23-34.

ROHDEN, J. Comunidade de Curitiba será reurbanizada por coletivo de arquitetos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, Nov. 2017. Disponível em:

<http://www.gazetadopovo.com.br/haus/estilo-cultura/coletivo-de-arquitetos-projeta-reurbanizacao-de-comunidade-em-curitiba/>. Acesso em: 02 abr. 2018.

ROLNIK, R. 10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo. In: RIBEIRO, A. C. T.; VAZ, L. F.; SILVA, M. L. P. da (Orgs.). **Leituras da cidade.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 87-105.

RUSSO, E. de O. O que o indicador indica? O déficit habitacional no Brasil e as disputas em torno de sua elaboração, em meados dos anos 1990. In: CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; JAENISCH, S. T. (Orgs.). **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise.** 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017. p. 51-84.

SAMPAIO, M. R. A. de. Apresentação. In: SANTOS, A. L. T. dos et al. **Requalificação de Cortiço:** o projeto da Rua do Ouvidor, 63 no Centro de São Paulo. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2002. p. 8-9.

SANTOS, A. L. T. dos et al. **Requalificação de Cortiço:** o projeto da Rua do Ouvidor, 63 no Centro de São Paulo. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2002.

SILVA, M. N. da. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba.** 2012. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SILVA, M. N. da. Produção dos espaços informais de moradia e tendências de organização socioespacial do território na metrópole de Curitiba. In: FIRKOWSKI, O. L. C. de F.; MOURA, R. (Ed.). **Curitiba:** transformações na ordem urbana. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2014. p. 232.

TERRA DE DIREITOS. Sociedade Barracão. **Terra de Direitos**, Curitiba, Mai. 2013. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/casos-emblematicos/sociedade-barracao/11508>. Acesso em: 02 abr. 2018.

TONE, B. et al. **Mutirão Paulo Freire: movimento popular, arquitetura e pedagogia da práxis.** Disponível em:<http://www.usina-ctah.org.br/mutiraopaulofreire.html>. Acesso em: 18 mai. 2018.

VIDAL, F. E. C. **A Autoconstrução e o Mutirão Assistidos como Alternativas para a Produção de Habitações de Interesse Social.** 165 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Área de Tecnologia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FONTES DAS FIGURAS

ARCHDAILY. **Usina 25 anos - Mutirão Paulo Freire.** Disponível em:< https://www.archdaily.com.br/br/767957/usina-25-anos-mutirao-paulo-freire>. Acesso em: 10 jun. 2018.

COLETIVO TRENA. **Projeto de urbanização da Sociedade Barracão.** Imagens digitais, 2017.

GOOGLE. **Google Earth Pro.** Versão Google Earth Pro 7.3.0.3832 (32-bit). 2018. Disponível em: <http://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html>. Acesso em: 22 abr. 2018.

GOOGLE. **Google Street View.** Versão Google Earth Pro 7.3.0.3832 (32-bit). 2018. Disponível em: <http://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html>. Acesso em: 30 abr. 2018.

PEABIRU. **Capelinha e Cocaia.** Disponível em:< http://www.peabirutca.org.br/?painel_projetos=capelinha-cocaia>. Acesso em: 20 jun. 2018.